

# **RELATÓRIO E CONTAS**

## **2012**

**BES, Companhia de Seguros, S.A.**

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 – 11.º - 1070-061 Lisboa  
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503718092

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) da BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (adiante designada também por BES Seguros ou Companhia) relativos ao Exercício de 2012.

## **1. Relatório de Gestão**

- 1.1 Estrutura e práticas de governo societário
- 1.2 Enquadramento macroeconómico
  - 1.2.1 Situação económica internacional
  - 1.2.2 Situação económica nacional
  - 1.2.3 O setor segurador
- 1.3 Principais indicadores e variáveis da atividade
- 1.4 A atividade da BES Seguros
- 1.5 Proposta de aplicação de resultados
- 1.6 Nota Final

## **2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras**

- 2.1 Conta de Ganhos e Perdas
- 2.2 Balanço
- 2.3 Demonstração de Variações do Capital Próprio
- 2.4 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

## **3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

- 3.1 Certificação Legal das Contas
- 3.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

# Índice

## **Relatório de Gestão**

## 1.1. Estrutura e práticas de governo societário

### 1. Introdução

As regras e estrutura de Governo da BES, Companhia de Seguros, S.A. foram definidas com o objetivo garantir uma governação responsável orientada para a criação de valor, transparência e valorização dos seus Clientes, Colaboradores e Acionistas.

Em consequência da alteração ocorrida, em Maio do presente ano, ao nível da estrutura acionista da BES Vida, verificou-se a necessidade de segregar algumas áreas que até então eram partilhadas pelas duas empresas.

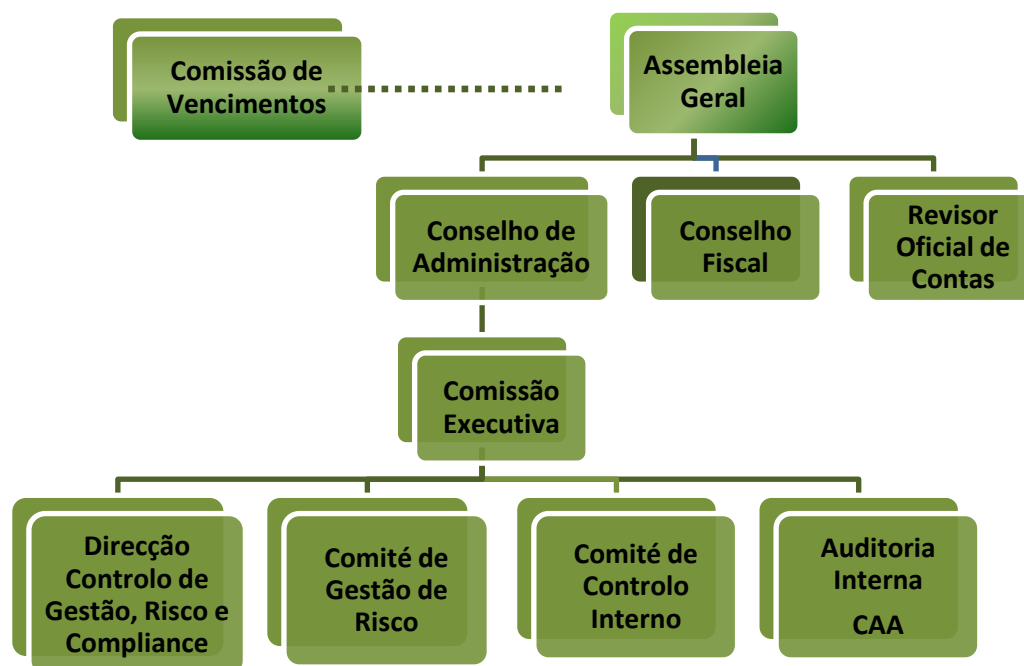
O resultado dessa reorganização interna foi a extinção da Direção de Planeamento, Controlo de Gestão e Recursos Humanos, e da Direção de Auditoria, as quais eram partilhadas pelas duas empresas.

Foram criadas a Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance, afeta em exclusivo à BES Seguros, e a Direção de Recursos Humanos, sendo esta partilhada pelas duas empresas.

No que concerne à função de Auditoria, esta passou a ser assegurada pela Direção de Auditoria do Crédit Agricole Assurances (CAA).

Apesar destas alterações, não houve necessidade de contratar colaboradores, aproveitando os recursos de outras áreas para o desenvolvimento dessas funções.

### 2. Estrutura do Governo da BES Seguros



A Assembleia Geral de Acionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, em sede de Assembleia Geral Anual de Acionistas, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e a distribuição de resultados.

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por nove Administradores designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respetivos membros.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva constituída por três dos seus membros, um Presidente Executivo, um Administrador responsável pela área financeira e um Administrador responsável pela área operacional e organizativa, que reúne pelo menos uma vez por mês e sempre que convocada por qualquer dos seus membros.

A função de fiscalização interna da BES Seguros é atribuída ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente.

A fiscalização externa da companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da BES Seguros, a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., bem como pela autoridade de supervisão a que a BES Seguros está sujeita, o Instituto de Seguros de Portugal.

### **3. Composição dos Órgãos Sociais**

Em Assembleia Geral Anual da BES Seguros, realizada no dia 27 de Junho de 2012, foram eleitos os órgãos sociais para o quadriénio de 2012 a 2015. Nestes termos, a composição dos órgãos sociais da BES Seguros em 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

#### **3.1 Mesa da Assembleia Geral**

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, Vice-presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

#### **3.2 Identificação dos Membros da Mesa da Assembleia Geral**

Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Vice-Presidente: Michel Victor François Villatte

Secretário: Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

##### **3.2.2 Regras Estatutárias sobre o exercício do direito de Voto**

Relativamente à participação e exercício do direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral:

##### **“Artigo 13º”**

“UM – A Assembleia Geral dos Acionistas é composta por todos os acionistas com direito pelo menos a um voto, que satisfaçam as condições referidas no número seguinte.

DOIS – Só poderão participar na Assembleia Geral dos Acionistas os titulares de ações averbadas em seu nome até oito dias úteis antes do dia da reunião.

TRÊS – A cada ação corresponderá um voto.

QUATRO – A Assembleia poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.

CINCO – Dentro do prazo referido no número dois devem os acionistas que pretendam fazer-se representar por outro acionista apresentar na Sociedade os instrumentos de representação

e, bem assim, as pessoas coletivas indicar quem as representará; o presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

SEIS – Não é permitido o voto por correspondência.”

### **3.2.3 Representação**

Os Senhores Acionistas podem fazer-se representar na Assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, acompanhada de cópia legível de documento original válido, com fotografia, do qual conste o nome completo, a data de nascimento e nacionalidade, que deverá estar em vigor. Os Senhores Acionistas que sejam pessoas coletivas deverão indicar o nome de quem os representará.

Os instrumentos de representação, bem como os documentos comprovativos da qualidade de acionistas e de que as respetivas ações ficam bloqueadas até ao final da Assembleia, deverão ser entregues, na sede social, até às 16.30 horas do terceiro dia útil anterior ao designado para a Assembleia.

### **3.2.4 Quórum**

Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral de Acionistas não pode reunir-se sem estarem presentes ou representados acionistas titulares de ações representativas de setenta e cinco por cento do capital social.

### **3.2.5 Intervenção da Assembleia Geral sobre a política de remuneração da sociedade:**

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração do Conselho de Administração e órgão de Fiscalização.

## **3.3 Conselho de Administração**

Joaquim Aníbal de Brito Freixial de Goes

- Presidente do Conselho de Administração

Outros cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Ventures, SCR, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da GlinTT, Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Espírito Santo Informática, ACE.
- Presidente do Conselho de Administração da OBLOG-Consulting, S.A.
- Presidente da E.S. Recuperação de Crédito, ACE.
- Presidente do Conselho Fiscal do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda.
- Vogal do Conselho Fiscal da Fundação Brazelton/Gomes-Pedro para as Ciências do bebé e da família.
- Presidente do Conselho Fiscal da Fundação da Universidade Católica Portuguesa.

Jean Luc-François

- Vice-Presidente do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Presidente do Conselho de Administração da Calie Europe.
- Presidente do Conselho de Administração da CA Assicurazioni S.p.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Vita S.p.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Greece, S.A. Greece.
- Presidente do Conselho de Administração da CA Insurance Greece.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Japan.
- Vogal do Conselho de Administração da CARI, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CARE, S.A.

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Financial Group
- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Investment Holding
- Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Europassistance, S.A. (Portugal)
- Presidente do Conselho de Administração da Europassistance (Brasil)
- Presidente do Conselho de Administração da Esumédica, Prestação de Cuidados Médicos, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Advancecare, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Logo
- Presidente do Conselho de Administração da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Espírito Santo Contact Center, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Saúde

Vincent Claude Paul Pacaud

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Executive Officer

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Esaf, Espírito Santo Ativos Financeiros, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da BESPARG, SGPS, S.A.

Nuno Manuel da Silva Ribeiro David

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Operational Officer

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Executive Officer da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.



Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Companhia de Seguros LOGO
- Vogal do Conselho de Administração da T Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da AdvanceCare, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Esumédica, Prestação de Cuidados Médicos, S.A.

Hervé Marcel Andre Hassan

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Financial Officer

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Japan
- Vogal do Conselho de Administração da CA Vita S.p.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Assicurazioni S.p.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Vert, Srl (Italia)
- Diretor da PREDICA – SUCURSAL EN ESPAÑA

Thierry Adolph Langrenay

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Diretor Geral da Pacífica, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CAAGIS
- Vogal Conselho de Administração da CA Assicurazioni S.p.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Insurance Greece
- Vogal do Conselho de Administração da Médicale de France.
- Vogal do Conselho de Administração da Uni-Éditions.

Guillaume Oreckin

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Diretor-geral adjunto da PACIFICA S.A.
- Vice-presidente da SOPRESA S.A., membro do Conseil de Surveillance
- Representante permanente da PACIFICA no Conseil de Surveillance da DOMUS VIE QUOTIDIENNE SAS
- Representante permanente da PACIFICA no Conselho de Administração da FIDES SOLUTIONS GIE
- Representante permanente da PACIFICA no Conselho de Administração da BCA EXPERTISE SAS
- Administrador, representante da PACIFICA, Presidente da ASSERCAR SAS
- Representante permanente da PACIFICA no Conselho de Administração da CTCAM SA
- Administrador da CACI LIFE

- Administrador da CACI NON LIFE
- Administrador da CACI RE
- Administrador da FGAO – FONDS DE GARANTIE DES ASSURANCES OBLIGATOIRES

**O Conselho de Administração delega a Gestão Corrente da Sociedade numa Comissão Executiva** composta pelos seguintes Administradores:

- Chief Executive Officer: Vincent Claude Paul Pacaud
- Chief Operacional Officer: Nuno Manuel da Silva Ribeiro David
- Chief Financial Officer: Hervé Marcel Andre Hassan

### **3.3.1 Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade**

O Conselho de Administração é composto por sete, ou nove administradores.

A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.

Os administradores podem ser acionistas ou pessoas estranhas e são eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas por períodos de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

A Assembleia Geral poderá eleger administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efetivos, na data da eleição respetiva.

A alteração do Contrato de Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

### **3.3.2 Poderes do Conselho de Administração**

O Conselho de Administração reúne, pelo menos uma vez, em cada três meses e não pode deliberar sem que estejam presentes ou representados cinco ou seis dos seus membros, consoante o Conselho de Administração seja composto por sete ou nove membros.

As seguintes matérias deverão necessariamente ser discutidas e aprovadas por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, tomada por uma maioria de cinco ou seis membros do Conselho de Administração, consoante o número total de membros seja de sete ou nove:

1. Aprovação ou modificação do Regulamento Interno do Conselho de Administração;
2. Aprovação de contratos com terceiros cujos valores/ responsabilidades excedam em 10% as despesas totais anuais da Sociedade (excluindo despesas com comissões e partilha de lucros);
3. Concessão de financiamentos, depósitos, ou prestação de garantias acima do valor de um milhão de euros.
4. Aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis por valor superior a 5 milhões de euros, desde que os bens imóveis sejam utilizados na gestão corrente da sociedade.
5. Solicitação de financiamentos ou criação de passivo acima dos dez milhões de euros (por transação).
6. Início, desenvolvimento ou cessação de relações com entidades que não se integrem no Grupo Banco Espírito Santo, composto pelo Banco Espírito Santo, por qualquer entidade por si direta ou indiretamente dominada.
7. Licenciamento ou concessão de direitos sobre a propriedade intelectual ou industrial da Sociedade.
8. Alargamento ou redução da atividade social ou modificação do objeto da sociedade;

9. Aprovação do Balanço e contas da Sociedade e todos os documentos legais de prestação de contas da Sociedade;
10. Aprovação de proposta de aplicação de resultados;
11. Emissão de obrigações.

A decisão de aumento de capital da Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

### **3.4 Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da BES Seguros é composto por um Presidente, dois membros efetivos e um membro suplente.

Os membros do conselho Fiscal são eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

#### **3.4.1 Identificação dos membros do Conselho Fiscal**

Presidente: José Maria Ribeiro da Cunha  
Vogal Efetivo: Jacques dos Santos  
Vogal Efetivo: Olivier Sperat-Czar  
Vogal Suplente: Paulo Ribeiro da Silva

### **3.5 Revisor Oficial de Contas**

Sob proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral designou um Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da Sociedade. O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

#### **Identificação do Revisor Oficial de Contas**

Revisor Oficial de Contas Efetivo: Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (Revisor Oficial de Contas).

Revisor Oficial de Contas Suplente: João Carlos Miguel Alves (Revisor Oficial de Contas).

### **3.6 Secretário da Sociedade**

O Secretário é designado pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

#### **Identificação do Secretário da Sociedade**

Secretário: Francisco Maria Vilhena de Carvalho

### **3.7 Composição da Comissão de Vencimentos**

Rui Manuel Leão Martinho  
Valérie André-Germain

## **4 Política de Remuneração**

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixa a remuneração dos membros dos órgãos sociais da BES Seguros.

Anualmente, a Comissão de Vencimentos submete à apreciação da Assembleia Geral uma Declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais da BES Seguros.

A política de remunerações para 2012 foi aprovada na Assembleia Geral Anual do dia 30 de Março de 2012 e teve o seguinte conteúdo:

“Considerando que a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da BES Seguros deve ter por base a articulação com os mecanismos que assegurem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os objetivos estratégicos da empresa;

Considerando que a remuneração dos membros dos órgãos sociais deve ser estruturada de modo a remunerar, de forma justa e eficiente, a competência e dedicação de cada um dos seus membros, tendo em conta o respetivo desempenho individual e global;

Considerando que na BES Seguros a aprovação da remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização é, nos termos estatutários, da competência da Comissão de Vencimentos;

Considerando que deve existir uma remuneração variável, a par da remuneração fixa, e que a referida remuneração variável deve depender do grau de cumprimento dos objetivos da empresa, tal como fixados pela totalidade do seu Conselho de Administração.

Propõe-se a aprovação da seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da empresa:

1. Membros do Conselho de Administração

- a) Presidente do Conselho de Administração (não executivo)  
O Presidente do Conselho de Administração pode auferir uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano.
- b) Outros Membros não executivos do Conselho de Administração  
Os membros não executivos do Conselho de Administração não têm remuneração fixa ou variável.
- c) Membros executivos do Conselho de Administração

*Composição da Remuneração*

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração é composta por duas componentes:

- i. Fixa, com referência ao exercício em curso;  
A remuneração fixa é estabelecida pela Comissão de Vencimentos tendo em conta:
  - 1. As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no setor segurador em Portugal;
  - 2. As remunerações pagas em outras empresas do Grupo Económico dos acionistas para cargos de responsabilidade semelhante;
  - 3. O desempenho individual anual de cada Administrador.
- ii. Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso, segundo critérios abaixo definidos.

*Limites e Equilíbrio na Remuneração*

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos em sede de Assembleia Geral, não podendo nunca ser inferior a 40% da remuneração total anual.

A parte variável representará, em média, 30% a 40% da remuneração total anual, podendo atingir no máximo 60% da remuneração total.

*Crítérios de Definição da Componente Variável, Mecanismos de Limitação e Momento do seu Pagamento*

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como o grau de cumprimento dos objetivos globais da empresa no exercício económico anterior.

Para o ano de 2012, tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não será considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez.

Os membros do Conselho de Administração que desempenham funções em órgãos de administração de Sociedades em relação de Grupo com a BES Seguros, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades e/ou pela BES Seguros, de acordo com o relevo das funções desempenhadas.

2. Membros do Órgão de Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, mensal, paga 14 vezes ao ano, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

3. Membros da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.”

Em 2012, as remunerações suportadas pela BES Seguros referentes aos membros dos seus Órgãos Sociais foi a seguinte:

Exercício de 2012

Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes	Conselho de Administração	31.500 €	0 €	31.500 €
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha	Conselho de Administração	19.630 €	0 €	19.630 €
Vincent Claude Paul Pacaud	Conselho de Administração	204.680 €	14.129 €	218.809 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	84.483 €	19.826 €	104.309 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	13.005 €	0 €	13.005 €
Jacques dos Santos	Conselho Fiscal	5.490 €	0 €	5.490 €
José Manuel Ruivo da Pena	Conselho Fiscal	7.650 €	0 €	7.650 €
<b>Total</b>		<b>366.438 €</b>	<b>33.955 €</b>	<b>400.392 €</b>

Exercício de 2011

Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha	Conselho de Administração	54.964 €	0 €	54.964 €
Vincent Claude Paul Pacaud	Conselho de Administração	10.200 €	2.040 €	12.240 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	22.351 €	14.845 €	37.196 €
Michel Joseph Paul Goutorbe	Conselho de Administração	9.698 €	20.768 €	30.466 €
Olivier Ronan Melennec	Conselho de Administração	20.897 €	12.534 €	33.431 €
José Manuel Ruivo da Pena	Conselho Fiscal	21.420 €	0 €	21.420 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	17.136 €	0 €	17.136 €
<b>Total</b>		<b>156.666 €</b>	<b>50.188 €</b>	<b>206.854 €</b>

os valores apresentados referem-se apenas à parte suportada pela BES Seguros

## 5 Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento

A Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento assenta nas principais linhas gerais:

- 1) *Colaboradores sujeitos ao dever de comunicação*: Todos os colaboradores têm obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico;
- 2) *Entidade que recolhe a comunicação*: Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*; o *Compliance*, perante a comunicação referida, deve apreciar a situação descrita e determinar as ações que, perante cada caso concreto, entenda por convenientes. Para este fim, esta Direção poderá solicitar a colaboração da Direção de Auditoria.

Se da apreciação da situação de irregularidade ficar provado que se tratou de uma violação de leis, regulamentos ou dos princípios e deveres internos, serão adotadas as medidas disciplinares necessárias com o objetivo de salvaguardar os interesses da Companhia, de acordo com a disposição da legislação em vigor;

- 3) *Comunicações Anónimas*: Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas. Toda e qualquer situação de deteção e correção de situações de incumprimento reportada serão tratadas confidencialmente, nomeadamente quanto à sua origem, e com a devida discrição;
- 4) *Não retaliação*: É expressamente proibida qualquer retaliação contra os Colaboradores que efetuem a referida comunicação;
- 5) *Arquivo das Comunicações*: Se derem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respetivos processos.

Findas as investigações, os dados serão eliminados nos termos e condições legalmente definidas.

## 6 Estrutura de Capital

O Capital Social da BES Seguros é de 15.000.000 euros, representado por 3.000.000 ações com valor nominal de 5,00 euros cada.

## 7 Estrutura Acionista

Estrutura Acionista Atual - 31 de Dezembro de 2012		
Acionista	Nrº Ações	% Capital Social
Crédit Agricole Assurances, S.A.	1.500.000,00	50,00000%
Banco Espírito Santo, S.A.	749.800,00	24,99334%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	750.000,00	25,00000%
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.	100,00	0,00333%
ESAF - Espírito Santo Ativos Financeiros, SGPS,S.A.	100,00	0,00333%
Total	3.000.000,00	100,00000%

### *7.3 Transmissibilidade das Ações*

Os acionistas não transmitentes têm direito de preferência na transmissão a terceiros da totalidade ou de parte das ações que o acionista transmitente pretenda efetuar.

### *7.4 Alteração dos Estatutos da BES Seguros*

Qualquer alteração do Contrato de Sociedade da BES Seguros, incluindo deliberações sobre alterações de capital, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. As deliberações sobre a alteração do Contrato de Sociedade devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos votos emitidos, devendo para o efeito estar presentes pelo menos 75% dos votos.

## **8 Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Companhia relativamente ao processo de divulgação de informação financeira**

A Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance é a Direção responsável por assegurar o cumprimento rigoroso da divulgação de informação financeira, nos termos da Lei. Esta Direção, no cumprimento das suas atribuições, efetua um acompanhamento regular da legislação em vigor e procede a uma revisão anual das obrigações de divulgação, promovendo a disseminação da informação pelos departamentos responsáveis pelas informações financeiras e monitoriza o seu cumprimento dentro dos prazos exigidos.

## 1.2. Enquadramento macroeconómico

### 1.2.1. Situação económica internacional

O ano de 2012 ficou marcado por uma desaceleração da atividade económica a nível global e por uma contração do PIB na Zona Euro. Para esta evolução contribuíram, sobretudo, as políticas orçamentais restritivas e a desalavancagem do setor privado nas principais economias desenvolvidas; o arrefecimento da procura e os receios de um *hard landing* na China; e a incerteza associada à crise da dívida da Zona Euro. Este último fator foi particularmente visível na primeira metade do ano, em função da instabilidade política e orçamental na Grécia e, também, de um contágio crescente da crise a economias como Espanha ou Itália.

A segunda metade do ano foi, no entanto, marcada por uma estabilização dos mercados financeiros e pelo recuo dos receios de fragmentação da Zona Euro, neste caso, expresso na diminuição significativa dos *spreads* dos títulos de dívida pública das economias da periferia face à Alemanha. Para além de alguns progressos no sentido de uma maior integração financeira e orçamental, esta melhoria do sentimento resultou sobretudo da criação, por parte do BCE, das *Outright Monetary Transactions*, que abriram a possibilidade de compra ilimitada de dívida pública de economias da Zona Euro, em complemento a um eventual programa de assistência financeira formal do Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM).

A maior propensão ao risco a nível global resultou também dos efeitos de políticas monetárias fortemente expansionistas seguidas pelos principais bancos centrais, num contexto de pressões inflacionistas reduzidas. Destaca-se o reforço do *quantitative easing* por parte da Reserva Federal americana, com o chamado QE3, para além das *long term refinancing operations* do BCE e do *quantitative easing* dos Bancos Centrais de Inglaterra e do Japão. Após um último corte de 25 bps em Julho, o BCE manteve a principal taxa de juro de referência inalterada em 0.75% até ao final do ano. No conjunto de 2012, a *Euribor* a 3 meses caiu de 1.356% para 0.187% e o euro apreciou-se 1.8% face ao dólar, para EUR/USD 1.32.

Neste contexto, nos EUA o índice S&P500 valorizou-se 13.4%. Na Europa, os índices DAX e CAC40 registaram ganhos anuais de 29.1% e 15.2%, respetivamente. Embora com registos menos favoráveis no conjunto do ano (2.9% e -4.7%, respetivamente), os índices PSI-20 e IBEX registaram valorizações pronunciadas no 4º trimestre, 8.7% e 5.95%, respetivamente.

Refletindo o perfil de evolução do sentimento ao longo do ano, o preço do petróleo (Brent) registou uma queda entre o 1º e o 2º trimestres, de USD 123.8 para USD 97/barril, recuperando a partir do Verão e fechando o ano em USD 111.9/barril, o que representou uma subida de cerca de 4% face à cotação observada no final de 2011.



## 1.2.2. Situação económica nacional

Em Portugal, a conjuntura económica em 2012 ficou, sobretudo, marcada pela execução do programa de ajustamento económico e financeiro. A desalavancagem em curso no setor privado financeiro e não financeiro, conjugada com uma política orçamental fortemente restritiva e com o arrefecimento da atividade na Zona Euro, contribuíram para uma contração real do PIB próxima de 3%, com recuos significativos do consumo e do investimento e com um aumento do desemprego para valores próximos de 16% da população ativa. As despesas das famílias caíram 5.6%, refletindo a forte queda do rendimento disponível (3.6% em termos reais) e o aumento da poupança, para um valor ligeiramente acima de 11% do rendimento disponível.

Num contexto de aumento da incerteza em relação à política orçamental e às perspetivas de evolução da atividade, os agentes económicos retraíram as respetivas despesas e aumentaram as respetivas poupanças, motivados por um sentimento de precaução. O consumo privado foi ainda penalizado por uma inflação relativamente elevada (2.8% em termos médios anuais), pressionada pelo aumento dos impostos indiretos. O investimento voltou, por sua vez, a registar uma forte queda, de 13.4% (-13.9% no ano anterior), comum a todos os setores institucionais. Este agregado foi penalizado não apenas por condições de financiamento restritivas mas, também, por um recuo na procura de crédito por parte das famílias e empresas. O esforço de desalavancagem e, no caso das empresas, as perspetivas negativas para a procura, terão sido determinantes nesta evolução.

Embora seguindo uma tendência de desaceleração, em particular na parte final do ano, as exportações mantiveram um desempenho favorável, com um crescimento superior a 4% em termos reais. As vendas ao exterior foram, naturalmente, penalizadas pela conjuntura recessiva na Zona Euro (em particular, em Espanha), mas observaram crescimentos ainda elevados, de dois dígitos, para mercados exteriores à União Europeia.

Este desempenho, conjugado com uma forte quebra das importações (superior a 5%) e com um aumento da poupança interna, traduziu-se numa melhoria marcada do saldo externo, de -5.1% do PIB em 2011 para um valor em torno do equilíbrio no final de 2012. Para esta redução das necessidades externas líquidas de financiamento contribuíram todos os setores, com as famílias e o setor financeiro a aumentarem a respetiva capacidade líquida de financiamento e com as sociedades não financeiras e as Administrações Públicas a reduzirem as suas necessidades líquidas de financiamento.

O défice público deverá ter atingido um valor próximo da meta (revista) de 5% do PIB em 2012, não obstante o desvio significativo da receita face aos valores orçamentados (cerca de EUR 880 milhões no caso da Administração Central e Segurança Social). Para isto terá contribuído um recuo da despesa mais acentuado que o inicialmente previsto, em parte resultante de poupanças adicionais associadas a despesas com remunerações, aquisição de bens e serviços, despesas de investimento e despesa líquida com juros. Ao nível das medidas extraordinárias, mas no lado da receita, a execução orçamental de 2012 beneficiou sobretudo de uma receita não recorrente associada à concessão dos serviços públicos de gestão dos aeroportos à empresa ANA. A dívida pública manteve ainda uma tendência de subida, atingindo 120% do PIB, mais 12 p.p. do que em 2011.

As avaliações positivas da execução do programa de ajustamento e a ação estabilizadora do BCE contribuíram para uma melhoria gradual das condições financeiras enfrentadas pela economia portuguesa, expressa numa redução significativa das *yields* da dívida pública e dos *spreads* de crédito, bem como na reabertura dos mercados de dívida *wholesale* para empresas e bancos. A rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos atingiu um máximo anual próximo de 17.4% no final de Janeiro de 2012, tendo fechado o ano num valor próximo de 7% (e com a tendência de descida a manter-se no início de 2013). A maior abertura dos investidores externos à economia portuguesa refletiu-se, ainda, numa execução favorável do programa de privatizações, com receitas totais próximas de EUR 5.5 mil milhões, acima das expectativas.

### 1.2.3. O setor segurador

A produção de seguro direto em Portugal em 2012 foi de, aproximadamente, 11 mil milhões de euros<sup>1</sup>, apresentado uma redução de 6,3% face ao período homólogo de 2011, menos acentuada que a verificada em 2011 cuja contração foi de cerca de -28,6%.

A variação negativa na produção de seguro direto ficou a dever-se, essencialmente, à quebra de 8,1% verificada no ramo Vida, ainda que a produção Não Vida também tenha contribuído negativamente, contudo registando um decréscimo menor (-3%).

De uma forma geral a atividade seguradora, foi fortemente influenciada pela situação económica nacional e internacional, e nesse contexto recessivo, não foi apenas o nível da produção que foi afetado, mas também, ainda que, com um menor impacto que no ano anterior, a forte pressão sobre o volume de resgates.

O ramo Vida, à semelhança do ano anterior, foi influenciado pela situação que se vive no setor bancário, as vendas por via deste canal deverão manter uma representação de cerca de 60% do volume de prémios, e como tal não ficam imunes às estratégias deste setor, que por força das necessidades de financiamento, conduziu a que os grupos financeiros privilegiassem a comercialização de produtos que captassem poupanças para os seus balanços (com particular destaque para os depósitos a prazo) em detrimento de outros, como os produtos de seguros, por forma a cumprirem com os níveis de solvência que lhes são exigidos.

Ao nível dos produtos de capitalização, estes apresentam um decréscimo importante, de 8,2% (-29,1% em 2011), que representa uma redução de cerca de 752 milhões de euros face a 2011. Para este decréscimo, ainda que menor que o registado no ano anterior, não terá sido alheio, a situação económica e financeira vivida pelas famílias em Portugal.

A evolução dos PPR, com um decréscimo de 12,2% (-61,9% em 2011), voltou a pesar significativamente no decréscimo do Ramo Vida. Para este decréscimo, terão contribuído não só os mesmos fatores acima referidos mas também as alterações do regime de benefícios fiscais introduzidas em 2011 neste segmento. Todos estes fatores têm contribuído para desincentivar este importante instrumento de gestão de poupança dos portugueses.

Em relação aos produtos tradicionais, verifica-se uma redução de 2,5% face a 2011. O difícil acesso ao financiamento bancário e as condições económicas das famílias influenciam negativamente quer a aquisição deste tipo de produtos ligados ao crédito, quer os que não se encontram ligados.

A evolução do ramo Não Vida é, naturalmente, condicionada pela situação económica do país, agravada pelas fortes medidas de austeridade impostas às famílias, que reduzem o seu rendimento disponível, pelo elevado nível de desemprego, pelos níveis de endividamento das famílias e das empresas, bem como pelo difícil acesso ao financiamento bancário, com os consequentes impactos na procura de produtos de seguros. Este segmento viu o seu volume de prémios decrescer sobretudo nos seus dois maiores ramos: o Automóvel (-5,4%) e o Acidentes de Trabalho (10,6%).

No segmento Não Vida continua a destacar-se, pela positiva, o ramo Doença, com um crescimento de cerca de 3,1%, influenciado pela crescente preocupação da população com o acesso aos cuidados de saúde, apresentando-se este tipo de seguros como um complemento ou alternativa versátil e abrangente aos sistemas de saúde públicos.

Ao nível dos custos com sinistros de seguro direto em Portugal, verifica-se uma redução significativa, quando comparado com 2011, -31,1%. Esta evolução é explicada, em grande parte, pelo abrandamento

---

<sup>1</sup> Fonte: ISP

verificado no volume de resgates, cujo valor em 2012 foi de cerca de 6 mil milhões de euros, quando em 2011 atingiu os 7,2 milhões de euros.

Ao nível de um importante indicador do setor, as provisões matemáticas, verifica-se um decréscimo, do montante sob gestão das companhias de seguros, de cerca de 1,2%, que representa em valor uma redução na ordem dos 465 milhões de euros. Importa salientar o registo de uma redução menor que a registada no ano anterior, apontando para uma recuperação em termos líquidos dos fluxos de entrada e saída do setor segurador.

A evolução verificada na segunda metade do ano, marcada por uma menor volatilidade dos mercados financeiros e pelo recuo dos receios de fragmentação da Zona Euro, consequência das atuações lideradas pelo BCE, resultou numa visível melhoria do ambiente económico e financeiro, que se refletiu nos mercados financeiros, e consequentemente com impactos positivos nos resultados dos investimentos das Companhias de Seguros Assim, em 2012, estima-se que os resultados líquidos das empresas de seguro sob supervisão do ISP atinjam cerca de 531 milhões de euros, o que representa um acréscimo significativo face ao verificado em 2011 (13 milhões de euros).

O desempenho apresentado em 2012 pelo setor segurador reflete-se positivamente também ao nível da sua solvabilidade, prevendo-se que a taxa de cobertura para a margem de solvência das empresas supervisionadas pelo ISP no final do ano em análise seja de 250%, representado um crescimento de cerca de 78 pontos percentuais em relação ao ano transato.

### 1.3. Principais indicadores e variáveis da atividade

(Unidade: Milhares de euros)	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>Variáveis de Balanço</b>					
Activo	120.243	114.790	120.374	4,7%	-4,6%
Liquidez, investimentos e outros tangíveis	102.468	92.379	99.628	10,9%	-7,3%
Provisões técnicas de seguro directo	74.976	76.915	81.219	-2,5%	-5,3%
Capital Próprio	30.177	20.901	23.512	44,4%	-11,1%
<b>Variáveis de Ganhos e Perdas</b>					
Prémios brutos emitidos de seguro directo	71.371	71.607	75.812	-0,3%	-5,5%
Prémios emitidos líquidos de resseguro	63.432	62.789	63.080	1,0%	-0,5%
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	63.224	62.884	62.975	0,5%	-0,1%
Custos com sinistros (bruto)*	47.001	45.540	44.852	3,2%	1,5%
Custos com sinistros líquidos de resseguro *	43.627	44.766	45.749	-2,5%	-2,2%
Custos e gastos de exploração líquidos	10.278	12.212	13.689	-15,8%	-10,8%
Actividade Financeira Líquida	2.231	2.768	2.535	-19,4%	9,2%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	2.982	3.226	2.859	-7,5%	12,8%
Ganhos líquidos de activos e passivos	-751	-458	-324	-64,1%	-41,4%
Perdas de Imparidade	0	0	0	-	-
Resultado Líquido do exercício	6.831	4.621	3.891	47,8%	18,8%
<b>Outras variáveis e rácios</b>					
Nº de apólices - Carteira em Vigor	453.740	458.020	476.577	-0,9%	-3,9%
Nº de colaboradores	57	57	56	0	1
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	9,6%	6,5%	5,1%		
Resultado líquido / prémios adquiridos líquidos de resseguro	10,8%	7,3%	6,2%		
Resultado líquido / capital próprio	22,6%	22,1%	16,6%		
Nº de apólices em vigor / nº colaboradores	7.960	8.035	8.510		
Prémios brutos emitidos / nº colaboradores	1.252	1.256	1.354		
Resultado líquido / nº colaboradores	120	81	69		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos	62,9%	61,3%	60,8%		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	69,0%	71,2%	72,6%		
Custos e gastos de Exploração/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	16,3%	19,4%	21,7%		
Rácio combinado, líquido de resseguro	85,3%	90,6%	94,4%		

\* Inclui custos de gestão de sinistros

## 1.4. A atividade da BES Seguros

### 1.4.1 Produção

A produção total obtida em 2012, através das redes do Banco Espírito Santo, do Banco Espírito Santo dos Açores e do Banco BEST, foi de 84 393 contratos, o que representa um decréscimo em relação a 2011 (- 1,5%). Desenvolvendo a sua atividade num contexto de bancaseguros e considerando o enquadramento económico e financeiro vivido em 2012, a tal evolução não é estranha a focalização da rede de distribuição bancária em outros produtos ligados a financiamento da atividade bancária, retirando assim importância ao tempo dedicado à comercialização dos produtos de seguros não vida.

Apesar do decréscimo global, houve produtos que cresceram face ao período homólogo de 2011, destacando-se essencialmente o Seguro Casa (+ 22,9%, a que correspondem + 4.850 apólices) e o Automóvel (+ 4,6%, a que correspondem + 956 apólices). Com um decréscimo na produção destacam-se alguns dos produtos do ramo Acidentes Pessoais, como o Seguro BES Boas Vindas, o Seguro BES Dia-a-Dia e o Proteção ao Crédito.

Associado a uma menor atividade, a carteira em vigor apresenta um decréscimo de 0,9%, atingindo os 453 740 contratos no final de 2012.

	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
Nº de apólices vendidas	84.393	85.686	104.206	-1,5%	-17,8%
Nº de apólices - carteira em vigor	453.740	458.020	476.577	-0,9%	-3,9%

Para além do comportamento verificado nas vendas dos seguros de Acidentes Pessoais atrás referidos, o seguro Saúde também influenciou o decréscimo verificado na carteira, devido ao volume de anulações. Embora a taxa de anulação tenha melhorado em relação a 2011 (17,9% vs 26,9%) o volume de novos contratos vendidos não foi suficiente para compensar as saídas de carteira.

Por outro lado, registe-se o aumento da Carteira em Vigor no Seguro Casa, no Automóvel e no Proteção Salário. O Seguros Casa regista um crescimento de 794 apólices em Carteira em resultado da boa performance das vendas e da redução do nº de anulações do produto (a taxa de anulação do Seguro Casa passa dos 13,4% em Dez/2011 para os 9,5% em Dezembro de 2012). No Seguro Auto, o bom desempenho nas vendas associado a uma manutenção do nível de anulações do produto permitiu a obtenção de um crescimento de 3,6% da Carteira em Vigor (+ 3.067 apólices que em Dezembro de 2011).

Com um volume de 71.371 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram uma variação negativa de 0,3% face ao registado em 2011, fortemente influenciada pelos decréscimos nos Seguros de Acidentes Pessoais (- 18,5%) e Saúde (- 2,2%). A diminuição nos Seguros de Acidentes Pessoais é devida essencialmente ao Seguro de Proteção ao Crédito (fortemente penalizado na atual conjuntura de restrição na concessão de Crédito), com um decréscimo de 43,3% em relação a 2011 (- 1.026 milhares de euros). Destaca-se o comportamento positivo face a 2011 do SEGURO CASA (+ 4,3%) e do Automóvel (+ 1,7%).

No entanto, a redução verificada no volume de negócios foi inferior à verificada no mercado dos seguros não vida (-3,8% face a 2011), originando um aumento da quota de mercado global nos seguros não vida para 1,8% (1,7% em 2011).

### **Prémios Brutos Emitidos**

Milhares de Euros	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>TOTAL</b>	<b>71.371</b>	<b>71.607</b>	<b>75.812</b>	<b>-0,3%</b>	<b>-5,5%</b>
Acidentes Pessoais	3.960	4.861	7.898	-18,5%	-38,5%
Doença	27.187	27.788	29.242	-2,2%	-5,0%
Riscos Múltiplos Habitação	23.776	22.787	22.829	4,3%	-0,2%
Automóvel	16.447	16.171	15.843	1,7%	2,1%
<b>Quota de Mercado</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,8%</b>		

### **1.4.2 Custos com Sinistros**

Os custos com sinistros de Seguro Direto (montante bruto, incluindo custos de gestão) atingiram os 47.001 milhares de euros, apresentando um crescimento de 3,2% face a 2011.

As prestações pagas e os custos de gestão imputados à função sinistros diminuíram face a 2011 sendo o crescimento global nos custos com sinistros de Seguro Direto explicado pela variação da provisão para sinistros, embora se verifique uma redução desta provisão.

De facto, embora se tenha continuado a verificar um processo de adequação do provisionamento relacionado com os sinistros em curso e com os sinistros ocorridos e ainda não declarados, o impacto não foi tão favorável como em 2011, em que assistimos a um importante movimento no ramo Automóvel de encerramento de sinistros de anos anteriores com custo inferior ao estimado.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro reduziram 2,5% face ao ano anterior, consequência do efeito favorável do resseguro cedido.

(Unidade: Milhares de euros)	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>De seguro directo</b>	<b>47.001</b>	<b>45.540</b>	<b>44.852</b>	<b>3,2%</b>	<b>1,5%</b>
Custos directos com sinistros	41.353	39.709	38.858	4,1%	2,2%
Prestações	42.537	43.577	45.990	-2,4%	-5,2%
Variação da provisão para sinistros	-1.184	-3.868	-7.132	69,4%	45,8%
Custos imputados à função sinistros	5.648	5.831	5.994	-3,1%	-2,7%
<b>De resseguro cedido</b>	<b>3.374</b>	<b>775</b>	<b>-897</b>	<b>335,5%</b>	<b>186,4%</b>
Montantes pagos	1.856	1.175	1.065	57,9%	10,4%
Variação da provisão para sinistros	1.518	-400	-1.962	479,5%	79,6%
<b>Custos com sinistros líquidos de resseguro</b>	<b>43.627</b>	<b>44.766</b>	<b>45.749</b>	<b>-2,5%</b>	<b>-2,2%</b>

No que se refere às taxas de sinistralidade de seguro direto (medida pela relação entre os custos com sinistros registados no exercício e os prémios adquiridos), verificamos um agravamento de 1,6 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

No Seguro Casa registou-se uma taxa de sinistralidade de 48,0%, apresentando um agravamento de 2,1 pontos percentuais face a 2011. A subida da sinistralidade face ao ano anterior explica-se pela revisão da *Best Estimate*, o que originou um reforço de IBNR.

A taxa de sinistralidade do exercício do Seguro Auto é de 38,9% em 2012 registando uma redução face à taxa registada no período homólogo do ano anterior (41,0%). Na mesma tendência do já verificado em 2011, registaram-se em 2012 significativas regularizações de provisionamento dos processos em curso (variação da provisão para sinistros com - 3.779 milhares de euros face a Dezembro de 2011).

Esta revisão dos processos afetou essencialmente anos anteriores, tendo-se registado em Dezembro/2012 uma taxa de sinistralidade de 77,8% para sinistros com ocorrência em 2012. No entanto, registre-se que esta taxa situa-se abaixo dos 82,7% verificados em Dezembro de 2011.

Esta melhoria é explicada por uma menor frequência de sinistros face a 2011, bem como pela diminuição do número de sinistros graves, acompanhando a evolução da sinistralidade nas estradas portuguesas.

A taxa de sinistralidade do exercício do Seguro Saúde situa-se nos 78,9% em Dezembro de 2012, sofrendo um agravamento face aos 76,9% verificados em 2011.

Esta degradação da sinistralidade está influenciada pela diminuição da carteira, atendendo ao volume significativo de apólices anuladas sem sinistralidade.

O aumento da taxa de sinistralidade em 13,4 pp nos Acidentes Pessoais está diretamente relacionado com o Seguro de Proteção Salários (aumento da taxa de sinistralidade de 14,4% em Dezembro de 2011 para os 103,1% em Dezembro de 2012) como reflexo da atual conjuntura económica.

**Taxa de Sinistralidade Seguro Directo (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)**

	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>Total</b>	<b>62,9%</b>	<b>61,3%</b>	<b>60,8%</b>	<b>1,6 pp</b>	<b>0,5 pp</b>
Custos directos com sinistros	55,4%	53,5%	52,7%	1,9 pp	0,8 pp
Acidentes Pessoais	29,5%	16,1%	20,8%	13,4 pp	-4,7 pp
Doença	78,9%	76,9%	67,9%	2,0 pp	9,0 pp
Riscos Múltiplos Habitação	48,0%	45,9%	63,7%	2,1 pp	-17,8 pp
Automóvel	38,9%	41,0%	20,6%	-2,1 pp	20,4 pp
Custos imputados à função sinistros	7,6%	7,9%	8,1%	-0,3 pp	-0,2 pp

As taxas de sinistralidade líquidas de resseguro registam uma melhoria de 2,2 pp face a 2011, mas continuando a ser reduzido o impacto dos sinistros de resseguro cedido na sinistralidade global.

**Taxa de Sinistralidade Líq. Resseguro (Custos c/ Sinistros líquidos resseguro / Prémios Adquiridos líquidos resseguro)**

	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>Total</b>	<b>69,0%</b>	<b>71,2%</b>	<b>72,6%</b>	<b>-2,2 pp</b>	<b>-1,4 pp</b>
Custos directos com sinistros	60,1%	61,9%	63,1%	-1,8 pp	-1,2 pp
Acidentes Pessoais	35,4%	28,2%	39,7%	7,2 pp	-11,5 pp
Doença	80,9%	79,0%	70,6%	1,9 pp	8,4 pp
Riscos Múltiplos Habitação	52,4%	50,0%	69,6%	2,4 pp	-19,6 pp
Automóvel	34,4%	48,5%	37,9%	-14,1 pp	10,6 pp
Custos imputados à função sinistros	8,9%	9,3%	9,5%	-0,4 pp	-0,2 pp



### 1.4.3 Custos e Gastos de Exploração

Os custos de exploração líquidos apresentam um decréscimo de 15,8% em relação ao ano de 2011.

(Unidade: Milhares de euros)	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>Custos de Exploração Líquidos</b>	<b>10.278</b>	<b>12.212</b>	<b>13.689</b>	<b>-15,8%</b>	<b>-10,8%</b>
Custos de aquisição	11.262	12.908	15.461	-12,7%	-16,5%
Comissões (Intermediação de produtos de Seguros)	8.007	8.500	10.655	-5,8%	-20,2%
Outras Comissões e Custos de Aquisição	617	1.258	1.291	-50,9%	-2,6%
Custos imputados à função aquisição	2.638	3.150	3.514	-16,2%	-10,4%
Custos de aquisição diferidos (variação)	554	181	-475	205,6%	138,2%
Gastos administrativos	2.232	3.859	2.946	-42,2%	31,0%
Custos imputados à função administrativa	2.232	3.859	2.946	-42,2%	31,0%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-3.770	-4.736	-4.243	20,4%	-11,6%
Comissões de resseguros cedido	-3.399	-3.308	-3.086	-2,8%	-7,2%
Participação nos resultados de resseguro	-371	-1.428	-1.157	74,1%	-23,5%

Este decréscimo resulta de uma combinação de diferentes fatores distintos:

- Nas comissões por intermediação de produtos de seguros (com uma redução de 5,8%), para além do comissionamento diretamente relacionado com o volume de negócios, está incluído o comissionamento a título de incentivo à qualidade da carteira, ligado ao comportamento dos saldos técnicos de anos anteriores. Estas últimas ascendem em 2012 a 565 milhares de euros registando um forte decréscimo face ao período homólogo do ano anterior (-915 milhares de euros). O decréscimo explica-se pelo volume extraordinário verificado em 2011 decorrente da melhoria do saldo técnico pelo impacto das regularizações de provisionamento para sinistros do Automóvel de anos anteriores (impacto dos anos de 2006 a 2009).
- Outras Comissões e Custos de Aquisição com uma diminuição de 50,9% face a 2011 (- 641 milhares de euros) explicado pela conjugação de diversos fatores. Favoravelmente, por uma menor comissão e pela regularização relacionada com os “planos BES” vendidos durante a Campanha de 2009 (efeito conjugado entre a correção do diferimento de custos dos planos referente aos contratos anulados e o acerto referente aos reembolsos efetuados pelos clientes nos Planos anulados); desfavoravelmente, pelo registo de uma dotação comercial no valor de 305 milhares euros a título de bonificação à remuneração dos Bancos em 2012, em função da performance comercial.
- Os custos imputados à função administrativa diminuem 42,2% em resultado de em 2012 se ter regularizado a provisão no montante de 1 080 milhares de euros que tinha sido constituída em 2011 para fazer face a custos associados ao tratamento de movimentos nos contratos da Companhia efetuados de forma manual e até então não incluídos nos automatismos do sistema técnico da Companhia.
- As comissões e participação nos resultados de resseguro diminuem em relação a 2011.

A evolução dos custos de exploração por ramo é demonstrativa do referido anteriormente.



As comissões e participação nos resultados de resseguro dos Acidentes Pessoais incluem custos de aquisição diferidos referentes a resseguro, nomeadamente no que se refere ao seguro de “Proteção ao Crédito” e considerando a duração dos contratos.

(Unidade: Milhares de euros)	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>Custos de Exploração Líquidos</b>	<b>10.278</b>	<b>12.212</b>	<b>13.689</b>	<b>-15,8%</b>	<b>-10,8%</b>
Acidentes Pessoais	-2.284	-2.488	-2.760	8,2%	9,9%
Doença	3.682	4.732	5.022	-22,2%	-5,8%
Riscos Múltiplos Habitação	4.694	5.647	5.592	-16,9%	1,0%
Automóvel	4.187	4.321	5.835	-3,1%	-25,9%
<b>Custos de Exploração Seguro Directo</b>	<b>14.048</b>	<b>16.948</b>	<b>17.932</b>	<b>-17,1%</b>	<b>-5,5%</b>
Acidentes Pessoais	1.377	2.130	1.249	-35,4%	70,6%
Doença	3.790	4.850	5.256	-21,9%	-7,7%
Riscos Múltiplos Habitação	4.694	5.647	5.592	-16,9%	1,0%
Automóvel	4.187	4.321	5.835	-3,1%	-25,9%
<b>Comissões e participação nos resultados de resseguro</b>	<b>-3.770</b>	<b>-4.736</b>	<b>-4.243</b>	<b>20,4%</b>	<b>-11,6%</b>
Acidentes Pessoais	-3.662	-4.618	-4.009	20,7%	-15,2%
Doença	-108	-118	-234	8,5%	49,4%
Riscos Múltiplos Habitação	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-

#### 1.4.4 Gastos Gerais por Natureza

Os custos e gastos por natureza a imputar apresentaram uma diminuição de 17,4%, estando este decréscimo fortemente influenciado pelas “Outras provisões”.

(Unidade: Milhares de euros)	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES</b>	<b>10.802</b>	<b>13.074</b>	<b>12.796</b>	<b>-17,4%</b>	<b>2,2%</b>
Custos com sinistros	5.648	5.831	5.994	-3,1%	-2,7%
Custos de aquisição	2.638	3.150	3.514	-16,2%	-10,4%
Gastos administrativos	2.232	3.859	2.946	-42,2%	31,0%
Custos de gestão de investimentos	284	234	341	21,5%	-31,5%

(Unidade: Milhares de euros)	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR</b>	<b>10.802</b>	<b>13.074</b>	<b>12.796</b>	<b>-17,4%</b>	<b>2,2%</b>
<b>GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL</b>	<b>11.507</b>	<b>11.892</b>	<b>12.888</b>	<b>-3,2%</b>	<b>-7,7%</b>
Gastos com pessoal	2.909	2.782	2.765	4,6%	0,6%
Fornecimentos e serviços externos	7.702	8.326	9.545	-7,5%	-12,8%
Impostos e taxas	288	272	274	6,1%	-0,9%
Depreciações e amortizações do exercício	607	512	303	18,4%	68,8%
<b>GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA</b>	<b>75</b>	<b>84</b>	<b>85</b>	<b>-10,9%</b>	<b>-0,8%</b>
Juros suportados	0	0	0	-	-
Comissões	75	84	85	-10,9%	-0,8%
Outras provisões	-780	1.098	-178	-171,0%	718,1%

Prosseguindo uma política de otimização do seu funcionamento, os gastos de natureza operacional da BES Seguros apresentam um decréscimo de 3,2% comparativamente a 2011. No entanto, estes incluem na rubrica de fornecimentos e serviços externos, os custos relacionados com a gestão de serviços de Saúde e Auto, que são registados primeiro nesta natureza e posteriormente integralmente imputados à função sinistros. Excluindo estes, os gastos de natureza operacional apresentariam uma redução menor (- 0,6%).

Esta melhoria dos gastos de natureza operacional deve-se à evolução dos “Fornecimentos e Serviços Externos” (- 7,5%) e das “Outras Provisões” (- 171%). Nos “Fornecimentos e Serviços Externos” salienta-se os menores custos havidos com “Impressos” e “Trabalhos Executados no Exterior - Informática”. Esta última rubrica está diretamente relacionada com a utilização do novo sistema operacional da Companhia. A diminuição da rubrica “Outras provisões” refere-se à anulação de uma provisão no montante de 1.080 milhares de euros que tinha sido constituída em 2011 para fazer face a custos associados ao tratamento de movimentos nos contratos da Companhia efetuados de forma manual e até então não incluídos nos automatismos do sistema técnico da Companhia.

Os “Gastos com Pessoal” aumentam 127 milhares de euros (+ 4,6%) devido essencialmente à nova imputação de custos dos Órgãos Sociais que foi efetuada a partir de Junho/2012.

As “Amortizações do Exercício” apresentam um crescimento face ao ano anterior de 18,4%, o que corresponde a mais 94 milhares de euros, decorrentes da entrada em funcionamento do novo sistema operacional da Companhia, com o início da amortização a partir de Abril/2011, e que em 2012 regista um ano de amortização completo.

#### 1.4.5 **Rácio Combinado**

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro e custos e gastos de exploração líquidos de resseguro em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro foi a seguinte:

	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>Custos e Gastos de Exploração / Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)</b>	<b>16,3%</b>	<b>19,4%</b>	<b>21,7%</b>	<b>-16,3%</b>	<b>-10,7%</b>
Doença	13,9%	17,5%	17,8%	-20,5%	-1,9%
Riscos Multiplos Habitação	21,7%	26,8%	26,7%	-18,9%	0,4%
Automóvel	29,3%	30,8%	43,2%	-4,9%	-28,7%
<b>Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)</b>	<b>69,0%</b>	<b>71,2%</b>	<b>72,6%</b>	<b>-3,1%</b>	<b>-2,0%</b>
Doença	96,6%	95,1%	87,0%	1,5%	9,4%
Riscos Multiplos Habitação	55,6%	53,0%	73,3%	4,9%	-27,7%
Automóvel	40,1%	54,4%	42,6%	-26,3%	27,9%
<b>Rácio combinado (líquido de resseguro)</b>	<b>85,3%</b>	<b>90,6%</b>	<b>94,4%</b>	<b>-5,9%</b>	<b>-4,0%</b>
Doença	110,4%	112,6%	104,8%	-1,9%	7,5%
Riscos Multiplos Habitação	77,3%	79,7%	99,9%	-3,0%	-20,2%
Automóvel	69,4%	85,2%	85,7%	-18,5%	-0,7%

#### 1.4.6 Provisões Técnicas

(Unidade: Milhares de euros)	2012	2011	2010	Var.2012/ Var.2011/	
				2011	2010
<b>Provisões técnicas</b>	<b>74.976</b>	<b>76.915</b>	<b>81.219</b>	<b>-2,5%</b>	<b>-5,3%</b>
Provisão para prémios não adquiridos	28.407	31.188	33.678	-8,9%	-7,4%
Provisão para sinistros	37.247	38.431	42.299	-3,1%	-9,1%
De acidentes de trabalho	0	0	0	-	-
De outros ramos	37.247	38.431	42.299	-3,1%	-9,1%
Provisão para participação nos resultados	0	0	0	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	1.446	1.249	1.064	15,7%	17,4%
Provisão para riscos em curso	3.376	4.505	2.637	-25,1%	70,8%
Outras provisões técnicas	4.500	1.542	1.542	191,9%	0,0%

As provisões técnicas apresentam uma redução de 2,5% em relação a 2011, situando-se nos 74 976 milhares de euros.

Esta evolução está fortemente influenciada pelo decréscimo verificado na provisão para prémios não adquiridos (registra um decréscimo de 2.781 milhares de euros face a 2011) em consequência da forte diminuição do volume de prémios brutos emitidos no seguro de Proteção ao Crédito face ao ano anterior.

Em sentido inverso, destaca-se o aumento da Provisão para Envelhecimento da Carteira Saúde (englobada na rubrica “Outras provisões técnicas”), com um impacto de + 2.958 milhares de euros em 2012, na sequência de uma reavaliação das responsabilidades existentes neste domínio.

Registe-se ainda a diminuição da provisão para sinistros (- 3,1% face a 2011), em particular do ramo automóvel, em que se continuou o processo de adequação do provisionamento relacionado com os sinistros em curso e com os sinistros ocorridos e ainda não declarados, iniciado em 2010.

Por outro lado, a provisão para riscos em curso diminui face ao ano anterior (- 25,1%, a que corresponde - 1.129 milhares de euros) em resultado da melhoria dos rácios de gestão nos seguros Auto e Saúde, destacando-se a melhoria no rácio de sinistralidade Automóvel (considerando os custos com sinistros do exercício).

### 1.4.7 Atividade Financeira

O valor total dos ativos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 102.315 milhares de euros no final de 2012, sendo constituído na sua maioria por obrigações, aplicações de curto prazo e depósitos à ordem. Este valor representa um acréscimo de 11,0% em relação a 2011, consequência da valorização sentida nos mercados financeiros em 2012 (a reserva de reavaliação por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda aumentou 7.835 milhares de euros face a 2011), bem como da libertação de fluxos financeiros da atividade corrente.

(Unidade: Milhares de euros)	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>102.315</b>	<b>92.163</b>	<b>99.321</b>	<b>11,0%</b>	<b>-7,2%</b>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.824	1.211	625	546,0%	93,8%
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	-	-
Activos disponíveis para venda	82.124	71.025	72.871	15,6%	-2,5%
Empréstimos e contas a receber	12.368	19.927	18.379	-37,9%	8,4%
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	7.447	-	-100,0%

A atividade financeira líquida no exercício apresentou um decréscimo de 19,4% face a 2011, explicada por menores rendimentos (- 193 milhares de euros, consequência da diminuição da rentabilidade dos títulos), por um saldo de +/- valias desfavorável em 161 milhares de euros e pelo efeito desfavorável em 133 milhares de euros no Reajustamento de valor dos Títulos de rendimento fixo.

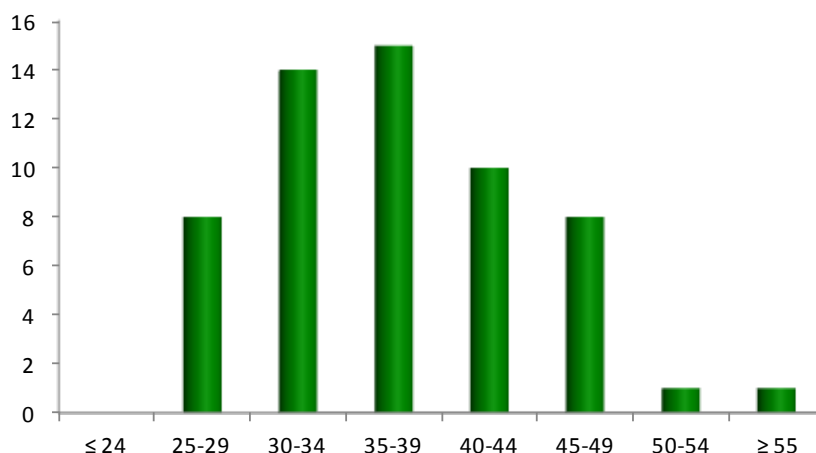
(Unidade: Milhares de euros)	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>Actividade Financeira Líquida</b>	<b>2.231</b>	<b>2.768</b>	<b>2.535</b>	<b>-19,4%</b>	<b>9,2%</b>
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	2.982	3.226	2.859	-7,5%	12,8%
Ganhos líquidos de activos e passivos	-751	-458	-324	-64,1%	-41,4%
Perdas de Imparidade	0	0	0	-	-

### 1.4.8 Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2012, a BES Seguros tinha 57 colaboradores no seu quadro de pessoal, idêntico ao existente em 2011, dos quais 55 como efetivos (tal como em 2011).

A maioria dos colaboradores encontra-se no escalão etário entre os 30 e os 40 anos e 75% têm formação e frequência académica de nível superior.

**Distribuição por escalão etário**



#### 1.4.9 Resultado do Exercício e Capital Próprio

A BES Seguros atingiu em 2012 um resultado líquido de 6.831 milhares de euros, representando 9,6% dos prémios brutos emitidos (6,5% em 2011) e um crescimento de 47,8% em relação ao ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2012	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>30.177</b>	<b>20.901</b>	<b>23.512</b>	<b>44,4%</b>	<b>-11,1%</b>
Capital	15.000	15.000	15.000	0,0%	0,0%
Outros instrumentos de capital	0	0	0	-	-
Reservas de reavaliação	1.867	-5.968	-2.122	131,3%	-181,2%
Reserva por impostos diferidos	-541	1.731	616	-131,3%	181,2%
Outras reservas	4.405	3.581	3.192	23,0%	12,2%
Resultados transitados	2.615	1.936	2.936	35,1%	-34,1%
Resultado do exercício	6.831	4.621	3.891	47,8%	18,8%

O capital próprio, no valor de 30.177 milhares de euros, apresentou um forte crescimento de 44,4% relativamente ao verificado em 31 de Dezembro de 2011. Este acréscimo no Capital Próprio é devido, fundamentalmente, ao aumento verificado na Reserva de Reavaliação no valor de + 5.563 milhares de euros (reserva de reavaliação líquida de impostos diferidos) traduzindo a melhoria verificada nos mercados durante o ano de 2012 e ao aumento verificado no resultado líquido face ao ano anterior.

A evolução do Capital Próprio foi ainda influenciada negativamente pela distribuição de 3.480 milhares de euros de dividendos referentes ao exercício de 2011.

#### 1.4.10 Margem de Solvência

A taxa de cobertura da Margem de Solvência no final de 2012 (incluindo a estimativa de distribuição de dividendos referente ao ano 2012 proposta pelo Conselho de Administração) é de 166,9%, o que representa um excesso de 8.582 milhares de euros face à Margem de Solvência Exigida e um crescimento de + 46,8 pp em relação à Margem de Solvência registada em 2011.

Esta melhoria da taxa de cobertura deve-se ao efeito conjunto de uma ligeira redução na Margem de Solvência Exigida e de um significativo aumento da Margem de Solvência Disponível, onde se destacam essencialmente as melhorias na reserva de reavaliação e no Resultado Líquido do exercício. Os aumentos nestas rubricas compensam uma distribuição de Dividendos maior em 2012, quando comparada com o ano de 2011.

(Unidade: Milhares de euros)	2012 (*)	2011	2010	Var.2012/ 2011	Var.2011/ 2010
Margem de Solvência Disponível	21.404	15.567	17.249	37,5%	-9,8%
Margem de solvência Exigida	12.822	12.963	13.135	-1,1%	-1,3%
Excesso/(insuficiência)	8.582	2.604	4.114	229,6%	-36,7%
% de cobertura	166,9%	120,1%	131,3%	+ 46,8 pp	- 11,2 pp

(\*) Elementos previsionais, considerando a distribuição proposta pelo Conselho de Administração.

#### 1.4.11 Síntese e perspetivas

Em 2012, o setor segurador e a BES Seguros não passaram imunes a um contexto de aumento da incerteza em relação à política orçamental e às perspetivas de evolução da atividade do país.

De facto, na continuidade do já verificado em 2011, a atividade de banca seguros não vida teve uma menor dinâmica, influenciada pela conjuntura global marcada pela execução do programa de ajustamento económico e financeiro, com a desalavancagem em curso no setor privado financeiro e não financeiro, conjugada com uma política orçamental fortemente restritiva e com o arrefecimento da atividade com recuos significativos do consumo e do investimento e com um aumento do desemprego.

Apesar da redução de atividade, a manutenção de bons resultados técnicos e o controlo dos custos operacionais permitiram à Companhia atingir resultados globais muito positivos assim como aumentar os já adequados níveis de capital e solvência.

Em 2012, a BES Seguros prosseguiu a sua missão de oferecer um leque de soluções de seguros não vida de forma a garantir soluções de proteção e segurança aos seus clientes com um nível de serviço de excelência. Por isso, tratou de adequar a sua oferta, revendo alguma da sua oferta, nomeadamente nos Seguros Auto e Saúde.

Foi também o primeiro ano de utilização integral da nova plataforma aplicacional (“GIS Não Vida”), implementada durante 2011.

Neste ano, houve a necessidade de reorganizar algumas das áreas internas como consequência da alteração ocorrida ao nível da estrutura acionista da BES Vida, uma vez que até então eram partilhadas pelas duas empresas.

O resultado dessa reorganização interna foi a extinção da “Direção de Planeamento, Controlo de Gestão e Recursos Humanos”, e da “Direção de Auditoria”, as quais eram partilhadas às duas empresas, tendo sido criadas as “Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance” e o “Gabinete de Atuariado Não Via”, afetas em exclusivo à BES Seguros, e a “Direção de Recursos Humanos”, sendo esta partilhada pelas duas empresas. No que concerne à função de Auditoria, esta passou a ser assegurada pela Direção de Auditoria do Crédit Agricole Assurances (CAA).

No entanto, mesmo com esta necessidade de alocar especificamente algumas áreas a uma e outra Companhia (áreas atuarial, de controlo de gestão, risco, conformidade e auditoria), manteve-se a orientação anteriormente definida de dar continuidade às estruturas e serviços partilhados com a BES Vida.

Prosseguiram ainda os trabalhos de adequação às exigências que a “Solvência II” trará ao setor, destacando-se aqui a escolha da infraestrutura tecnológica e das ferramentas que lhe procurarão dar resposta.

Em 2013, as dificuldades e os desafios que se colocam à economia nacional, às empresas e às famílias serão ainda imensos. Nestes momentos de dificuldades, os produtos de proteção e segurança poderão surgir como oportunidades às quais a Companhia estará atenta.

Num contexto de reduzido poder de compra das famílias e de procura do melhor preço por parte dos clientes, a BES Seguros procurará posicionar-se com um preço competitivo, sem que tal prejudique a sua rentabilidade técnica e global. Para tal, conta com a eficiência do seu modelo de bancasseguros, a otimização contínua de custos e uma adequada política de subscrição e gestão dos seus riscos.

Por outro lado, fidelizar e aumentar gradualmente o nível de equipamento dos nossos clientes com produtos que respondam às suas necessidades é um dos principais eixos de atuação para 2013.

Neste sentido, o nosso enfoque passará também pela melhoria contínua da nossa oferta atual, na dinamização da rede comercial e no elevado nível de serviço que pretendemos manter.

Mas num tempo de desafios, com o auxílio dos seus acionistas, a BES Seguros procurará abordar o mercado também através de novos canais de distribuição ou linhas de produto. É neste contexto que já iniciaram ações com vista à utilização de novos canais de distribuição e que foi solicitada, e obtida, autorização do Instituto de Seguros de Portugal para iniciar a exploração da modalidade “Acidentes de Trabalho”, que contamos iniciar em 2013.

O ano 2013 terá ainda como ações prioritárias a adequação ao quadro regulamentar exigido pelo Solvência II, assim como a continuação do desenvolvimento de sinergias com a BES Vida e outras empresas do Grupo BES.

Numa conjuntura de incerteza, a BES Seguros irá continuar a implementar uma política de investimento diversificada e prudente.

Por outro lado, a consolidação das estruturas de funcionamento, o reforço da securitização no funcionamento da Companhia (na segurança das pessoas, sistemas e processos), serão fatores presentes nas linhas de atuação da Companhia para poder continuar o desenvolvimento da sua atividade de forma cada vez mais eficiente e eficaz.

## 1.5. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de 6 831 092 euros.

Adicionando a este resultado líquido o valor de 2 615 437 euros correspondente a resultados transitados, são suscetíveis de serem distribuídos 9 446 529 euros.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

1. 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 683 110 euros, para Reserva Legal;
2. O valor de 6 831 000 euros para distribuição de dividendos aos acionistas;
3. O restante, no valor de 1 932 419 euros, transite para a conta de resultados transitados.



## 1.6. Nota final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da BES, Companhia de Seguros, SA.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento pela confiança que os Clientes e Acionistas depositaram na Companhia, bem como o empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, fundamentais para que a BES Seguros continue a atingir os objetivos a que se propuser.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédit Agricole e Grupo BES.

Ao Conselho Fiscal, às Entidades de Supervisão e à Associação Portuguesa de Seguradores, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado à BES Seguros, nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

## **2.Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras**

## 2.1. Conta de Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2012

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	Dezembro 2012			Valores em euros
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Dezembro 2011
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	63.224.006	-	63.224.006	62.883.984
Prémios brutos emitidos		71.370.976	-	71.370.976	71.606.955
Prémios de resseguro cedido		(7.939.015)	-	(7.939.015)	(8.817.700)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		3.335.004	-	3.335.004	2.670.876
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(3.542.959)	-	(3.542.959)	(2.576.147)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(43.626.763)	-	(43.626.763)	(44.765.676)
Montantes pagos		(46.329.140)	-	(46.329.140)	(48.364.928)
Montantes brutos		(48.184.755)	-	(48.184.755)	(49.539.756)
Parte dos resseguradores		1.855.615	-	1.855.615	1.174.828
Provisão para sinistros (variação)		2.702.377	-	2.702.377	3.599.252
Montante bruto		1.184.130	-	1.184.130	3.999.368
Parte dos resseguradores		1.518.247	-	1.518.247	(400.116)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	(2.026.061)	-	(2.026.061)	(2.052.816)
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(10.278.251)	-	(10.278.251)	(12.212.035)
Custos de aquisição		(11.262.312)	-	(11.262.312)	(12.908.057)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(554.113)	-	(554.113)	(181.333)
Gastos administrativos		(2.231.552)	-	(2.231.552)	(3.859.078)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		3.769.726	-	3.769.726	4.736.433
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	9	3.132.214	134.282	3.266.496	3.459.821
Gastos financeiros	10	(284.053)	-	(284.053)	(233.851)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(75.003)	-	(75.003)	(38.566)
Outros		(209.050)	-	(209.050)	(195.285)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	13	(751.271)	-	(751.271)	(457.775)
De ativos disponíveis para venda		(751.271)	-	(751.271)	(459.181)
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	1.406
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	14	5.229	-	5.229	2.208
Outras provisões (variação)		-	-	-	323.718
Outros rendimentos/gastos		-	41.526	41.526	(89.314)
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		9.395.050	175.808	9.570.858	6.858.264
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24	-	(2.549.042)	(2.549.042)	(2.280.794)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24	-	(190.724)	(190.724)	43.639
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		-	-	6.831.092	4.621.109
Resultado por ação básico				2,28	1,54

## 2.2. Balanço

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

ATIVO  
EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011

Valores em euros					
Balanço	Notas do Anexo	Dezembro 2012			Dezembro 2011
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15	7.823.529	-	7.823.529	1.211.063
Ativos disponíveis para venda	17	82.123.977	-	82.123.977	71.025.089
Empréstimos e contas a receber	19	12.367.540	-	12.367.540	19.927.196
Outros depósitos		12.367.540	-	12.367.540	9.890.768
Empréstimos concedidos		-	-	-	10.036.428
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	20	1.901.859	(1.748.878)	152.981	215.750
Outros ativos intangíveis	21	11.051.162	(9.109.227)	1.941.936	1.853.598
Provisões técnicas de resseguro cedido	22	11.482.393	-	11.482.393	11.497.799
Provisão para prémios não adquiridos		6.664.193	-	6.664.193	8.197.846
Provisão para sinistros		4.818.200	-	4.818.200	3.299.953
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	12.260	-	12.260	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23	2.798.515	-	2.798.515	3.444.743
Contas a receber por operações de seguro direto		517.907	-	517.907	425.942
Contas a receber por outras operações de resseguro		1.534.237	-	1.534.237	1.009.472
Contas a receber por outras operações		746.371	-	746.371	2.009.329
Ativos por impostos	24	3.754	-	3.754	3.327.593
Ativos por impostos correntes		3.754	-	3.754	1.409.701
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	1.917.892
Acréscimos e diferimentos	25	1.535.725	-	1.535.725	2.287.351
TOTAL ATIVO		131.100.712	(10.858.105)	120.242.607	114.790.182

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S A

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

		Valores em euros	
Balanço	Notas do Anexo	Dezembro 2012	Dezembro 2011
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas	22	74.975.542	76.914.503
Provisão para prémios não adquiridos		28.407.199	31.188.090
Provisão para sinistros de outros ramos		37.246.826	38.430.956
Provisão para desvios de sinistralidade		1.445.872	1.249.357
Provisão para riscos em curso		3.375.645	4.504.599
Outras provisões técnicas		4.500.000	1.541.501
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	-	314.622
Outros credores por operações de seguros e outras operações	27	5.435.081	5.450.249
Contas a pagar por operações de seguro directo		2.398.153	1.377.257
Contas a pagar por outras operações de resseguro		623.542	524.452
Contas a pagar por outras operações		2.413.386	3.548.540
Passivos por impostos correntes	24	1.734.829	3.406.869
Passivos por impostos diferidos		545.048	
Acréscimos e diferimentos	28	6.972.395	6.620.545
Outras Provisões	29	402.635	1.182.635
<b>TOTAL PASSIVO</b>		90.065.530	93.889.423
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	30	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		1.867.010	(5.968.218)
Reserva por impostos		(541.433)	1.730.783
Outras reservas		4.404.971	3.580.648
Resultados transitados		2.615.437	1.936.439
Resultado do exercício		6.831.092	4.621.109
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		30.177.077	20.900.761
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		120.242.607	114.790.184

## 2.3. Demonstração de Variações do Capital Próprio

**BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011**

	Capital	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas	Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal			
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>15.000.000</b>	<b>(2.122.478)</b>	<b>615.519</b>	<b>3.191.519</b>	<b>2.936.384</b>	<b>3.891.284</b>	<b>23.512.228</b>
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(3.845.740)	-	-	-	-	(3.845.740)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	1.115.264	-	-	-	1.115.264
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	389.129	-	(389.129)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(4.502.100)	-	(4.502.100)
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	-	3.502.155	(3.502.155)	-
<b>Total da variação do capital próprio</b>	<b>-</b>	<b>(3.845.740)</b>	<b>1.115.264</b>	<b>389.129</b>	<b>(999.945)</b>	<b>(3.891.284)</b>	<b>(7.232.576)</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.621.109	4.621.109
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>15.000.000</b>	<b>(5.968.218)</b>	<b>1.730.783</b>	<b>3.580.648</b>	<b>1.936.439</b>	<b>4.621.109</b>	<b>20.900.761</b>
Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	7.835.228	-	-	-	-	7.835.228
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	(2.272.216)	-	-	-	(2.272.216)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	823.323	-	(823.323)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(3.480.000)	-	(3.480.000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	362.212	(1.071.876)	1.071.876	362.212
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total da variação do capital próprio</b>	<b>-</b>	<b>7.835.228</b>	<b>(2.272.216)</b>	<b>1.185.535</b>	<b>(4.551.876)</b>	<b>248.553</b>	<b>2.445.224</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.831.092	6.831.092
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>15.000.000</b>	<b>1.867.010</b>	<b>(541.433)</b>	<b>4.766.183</b>	<b>(2.615.437)</b>	<b>11.700.754</b>	<b>30.177.077</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

## 2.4. Demonstração do Rendimento Integral

**BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

	Valores em euros	
	2012	2011
Resultado líquido do exercício	6.831.092	4.621.109
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda	329.650	40.910
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	7.505.578	(3.886.651)
Variação dos impostos correntes e diferidos	(2.272.216)	1.115.264
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	362.212	-
<b>Total do rendimento integral</b>	<b>12.756.316</b>	<b>1.890.632</b>

## 2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

### BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	2012	2011
FLUXOS DE ACTIVIDADE OPERACIONAL		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	73.542.877	81.632.027
Operações de Resseguro	336.103	117.096
Outras Actividades Operacionais	332.550	-
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(42.915.902)	(44.535.531)
Operações de Resseguro	(5.084.169)	(5.547.708)
Comissões	(4.755.908)	(5.193.993)
Outras Actividades Operacionais	(6.832)	(1.396.352)
C Pagamentos ao Pessoal	(1.496.637)	(1.468.990)
D Pagamentos a Fornecedores	(8.594.609)	(11.849.235)
E Outros pagamentos e recebimentos	(864.096)	(7.280.741)
F Impostos e Taxas	(8.310.684)	(6.459.934)
G Impostos sobre o rendimento	(3.024.879)	(245.547)
Fluxos de Actividade Operacionais (1)	(842.186)	(2.228.911)
FLUXOS DE ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	69.977.437	95.269.686
Dividendos	45.231	26.774
Juros	3.673.713	1.124.049
Outros Rendimentos	8.627	7.249.043
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(62.770.356)	(96.352.236)
Fluxos de Actividade de Investimento (2)	10.934.652	7.317.316
FLUXOS DE ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
J Pagamentos		
Dividendos	(3.480.000)	(4.502.100)
Fluxos de Actividade de Financiamento (3)	(3.480.000)	(4.502.100)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	6.612.466	586.305
K Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.211.063	624.758
L Caixa e seus equivalentes no final do exercício	7.823.529	1.211.063

## 2.6. Anexo às Demonstrações Financeiras

### 1. Informações Gerais

#### Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de Setembro de 1996 com um Capital Social de €7.481.968,46, posteriormente atualizado para €15.000.000,00.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, (“Bes Seguros” ou “Companhia”) N.º 503 718 092, de pessoa coletiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75-11.º - 1070-061 Lisboa, Portugal.

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, S.A., ficando este com o controlo de gestão da Companhia; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura acionista da BES Seguros, com a transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1.500.000 ações, com valor nominal de 5€ cada, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 27 de Fevereiro de 2012.

#### Descrição da natureza do negócio

A BES Seguros deu continuidade à sua atividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo dos Açores e Banco BEST, com os produtos de base de seguros não-vida.

### 2. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

#### 2.1. Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos da BES Seguros, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para a atividade seguradora em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”) aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R e n.º 22/2011 de 16 de Dezembro, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Contudo e tal como descrito na Nota 37, a BES Seguros adotou igualmente na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2012, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2012. As políticas



contabilísticas utilizadas pela BES Seguros na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adotadas em 2012 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a BES Seguros ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

No âmbito da transposição do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, a BES Seguros já adota os princípios de reconhecimento e mensuração estabelecidos pelos IFRS desde 1 de Janeiro de 2004, para efeitos de reporte aos Acionistas.

Foram também utilizadas as normas emitidas pelo ISP que definem a contabilização das operações efetuadas pelas empresas de seguros.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2012, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras comparativas, com referência a 31 de Dezembro de 2012. A Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

## **2.2. Especialização de Exercícios**

Os proveitos e os custos são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

## **2.3. Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias**

Esta responsabilidade está refletida na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2013 e respetivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2012.

## **2.4. Operações em Moeda Estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

## 2.5. Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

### *Derivados embutidos*

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

## 2.6. Outros Ativos Financeiros

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Investimentos disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

- *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

- *Transferências entre categorias de ativos financeiros*

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, "*Loans and Receivables*" ou para ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "*Loans and receivables*" e "*Held-to-maturity*" são também permitidas.

- *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses;
- Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de um julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;
- *Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.*

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso

estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

## **2.7. Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

## **2.8. Ativos tangíveis**

Os ativos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,50%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outros Equipamentos	12,50%
Património artístico	12,50%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## **2.9. Ativos intangíveis**

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software*, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático (software)	16,66% a 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## **2.10. Locações**

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### *Locações operacionais:*

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### *Locações financeiras:*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

## **2.11. Benefícios aos empregados**

### *Pensões*

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT – Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT)”.

---

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de Junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Conforme referido acima, a Companhia, de acordo com as opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios a empregados, optou por uma alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais passando a reconhecer os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os encargos com reformas antecipadas são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005.

#### *Plano de contribuição definida*

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

De acordo com o CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passaram a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente, sendo de 1% em 2012 até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador; tem capital garantido; o valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para dar cumprimento ao atrás referido, a Companhia constitui, com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido para os seus colaboradores do quadro efetivo e que dele faziam parte em 31 de Dezembro de 2011, fazendo uma contribuição anual igual a 1% da remuneração base para esses colaboradores.

#### *Benefícios de saúde*

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

#### *Distribuição de resultados aos empregados*

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

### **2.12. Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contados a partir do exercício a que respeitam. Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovada à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.



### **2.13. Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

### **2.14. Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

### **2.15. Dividendos recebidos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

### **2.16. Contratos de seguro**

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

#### *Prémios*

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

#### *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.



#### *Provisão para Prêmios Não Adquiridos*

A provisão para prêmios não adquiridos é baseada na avaliação dos prêmios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método “Pro-rata *temporis*”, por cada contrato em vigor, de acordo com a norma do ISP 19/1994-R de 6 de Dezembro com as alterações introduzidas pelas normas 3/1996-R de 18 de Janeiro e 4/1998-R de 16 de Março.

#### *Provisão para Sinistros*

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2012 e ainda não participados (IBNR) e os custos diretos e indiretos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

- a) Com base na análise efetuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- b) Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos atuariais efetuados ao longo do exercício tendo por base as características específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício, conforme Norma 4/1998-R de 16 de Março emitida pelo ISP; e
- c) Pela projeção, dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados.

#### *Provisão para Riscos em Curso*

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prêmios não adquiridos e dos prêmios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prêmios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pelo ISP.

#### *Provisão para Desvios de Sinistralidade*

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

#### *Provisão para Envelhecimento*

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor atuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor atuarial dos prêmios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

#### *Provisões para o Resseguro Cedido*

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

### **2.17. Reporte por segmentos**

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

### **2.18. Resultados por ação**

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2012 e 2011, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

### **2.19. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## **3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### **3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer um julgamento (Nota 2.6. Imparidade).

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

### **3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados**

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### **3.3. Impostos sobre os lucros**

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da BES Seguros, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### **3.4. Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### **3.5. Provisões técnicas**

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística, provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

## 4. Informação por Segmentos

### Segmento de negócio

A BES Seguros opera nos ramos “Não-Vida”, explorando os ramos “Riscos múltiplos habitação”, “Automóvel”, “Doença” e “Acidentes” no âmbito das autorizações concedidas pelo Instituto de Seguros de Portugal (adiante designado por ISP).

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

### Relato por segmentos de negócio

### Conta de Ganhos e Perdas

2012						
	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	806.850	26.505.272	21.616.045	14.295.838	-	63.224.006
Prémios brutos emitidos	3.960.429	27.187.242	23.776.500	16.446.805	-	71.370.976
Prémios de resseguro cedido	(3.158.514)	(885.307)	(1.856.486)	(2.238.708)	-	(7.539.015)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	3.547.894	3.338	(303.968)	87.741	-	3.335.003
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(3.542.959)	-	-	-	-	(3.542.959)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(288.774)	(25.591.041)	(12.011.757)	(5.735.192)	-	(43.626.764)
Montantes pagos	(142.219)	(23.189.080)	(12.309.984)	(10.687.357)	-	(46.329.140)
Provisão para sinistros (variação)	(146.555)	(2.401.961)	298.227	4.952.665	-	2.702.376
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	(2.677.163)	(196.516)	847.618	-	(2.026.061)
Custos e gastos de exploração líquidos	2.284.485	(3.681.811)	(4.694.389)	(4.186.535)	-	(10.278.250)
Custos de aquisição	(774.132)	(2.926.696)	(4.321.428)	(3.240.055)	-	(11.262.312)
Custos de aquisição diferidos (variação)	(597.760)	(128.998)	262.501	(89.856)	-	(554.113)
Gastos administrativos	(5.125)	(734.341)	(635.462)	(856.624)	-	(2.231.552)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.661.502	188.224	-	-	-	3.769.726
Rendimentos	-	543.949	650.919	1.937.346	134.282	3.266.496
Gastos financeiro	(277)	(48.214)	(57.667)	(177.895)	-	(284.053)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(131.462)	(156.775)	(463.034)	-	(751.271)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	1.631	2.861	-	-	736	5.228
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	415,26	415,26
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	2.803.915	(5.077.608)	5.149.860	6.518.147	176.544	9.570.857
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	(2.549.042)	(2.549.042)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	-	(190.724)	(190.724)
Resultado líquido do exercício	2.803.915	(5.077.608)	5.149.860	6.518.147	(2.563.222)	6.831.092

2011						
	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	667.632	27.079.001	21.088.777	14.038.574	-	62.883.984
Prémios brutos emitidos	4.860.956	27.787.848	22.787.239	16.170.912	-	71.606.955
Prémios de resseguro cedido	(4.178.999)	(754.917)	(1.734.254)	(2.149.530)	-	(8.817.700)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	2.561.822	46.070	45.792	17.192	-	2.670.876
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(2.576.147)	-	-	-	-	(2.576.147)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(194.110)	(25.761.312)	(11.171.809)	(7.638.445)	-	(44.765.676)
Montantes pagos	(196.640)	(25.358.349)	(11.566.797)	(11.243.142)	-	(48.364.928)
Provisão para sinistros (variação)	2.530	(402.963)	394.988	3.604.697	-	3.599.252
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	(643.501)	(185.026)	1.224.289	-	(2.052.816)
Custos e gastos de exploração líquidos	2.487.824	(4.731.660)	(5.647.284)	(4.320.915)	-	(12.212.035)
Custos de aquisição	(1.689.925)	(4.018.993)	(3.591.234)	(3.607.903)	-	(12.908.055)
Custos de aquisição diferidos (variação)	(134.099)	(36.008)	(43.653)	(67.574)	-	(181.334)
Gastos administrativos	(406.247)	(794.997)	(2.012.397)	(645.438)	-	(3.859.079)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.618.095	118.338	-	-	-	4.736.433
Rendimentos	-	544.501	721.908	2.193.413	-	3.459.822
Gastos financeiro	(27.550)	(48.405)	(82.698)	(105.198)	-	(233.851)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(72.055)	(95.459)	(290.261)	-	(457.775)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(929)	1.642	1.495	-	2.208
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	323.717	323.717
Outros rendimentos/gastos	(4.744)	(4.941)	(2.071)	25.687	(183.245)	(89.314)
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>2.929.052</b>	<b>(6.639.301)</b>	<b>4.667.980</b>	<b>2.680.061</b>	<b>220.472</b>	<b>6.858.264</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	(2.280.794)	(2.280.794)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	-	43.639	43.639
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>2.929.052</b>	<b>(6.639.301)</b>	<b>4.667.980</b>	<b>2.680.061</b>	<b>(2.016.683)</b>	<b>4.621.109</b>

### Balanço

2012						
	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
ATIVO						
Ativos disponíveis para venda	-	15.024.515	17.513.408	49.545.909	40.144	82.123.977
Empréstimos e contas a receber	-	2.263.738	2.638.739	7.465.063	-	12.367.540
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.915.389	-	-	3.567.004	-	11.482.393
Outros	-	2.362.477	2.958.806	8.947.416	-	14.268.698
Total	7.915.389	19.650.730	23.110.953	69.525.392	40.144	120.242.607
PASSIVO						
Provisões Técnicas	14.271.175	16.128.543	12.637.837	31.937.988	-	74.975.542
Outros credores por operações de seguro e outras operações	(1.657.377)	16.286.484	4.462.128	3.886.005	(17.542.159)	5.435.081
Acréscimos e diferimentos	345.125	561.866	615.530	2.776.358	1.137.790	5.436.669
Outros	-	742.132	929.458	2.810.679	-	4.482.269
Total	12.958.923	33.719.025	18.644.954	41.411.029	(16.404.369)	90.329.562
2011						
	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
ATIVO						
Ativos disponíveis para venda	-	23.016.117	23.657.553	24.299.034	52.385	71.025.089
Empréstimos e contas a receber	-	16.442	24.368	77.235	19.809.151	19.927.196
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	9.204.879	-	75.461	2.217.459	-	11.497.799
Outros	583.759	2.021.914	2.282.427	1.912.373	5.539.626	12.340.100
Total	9.788.638	25.054.473	26.039.809	28.506.101	25.401.162	114.790.184
PASSIVO						
Provisões Técnicas	16.830.591	10.923.759	12.773.541	36.386.611	-	76.914.502
Outros credores por operações de seguro e outras operações	175.405	1.699.680	1.062.068	857.831	30.301	3.825.285
Acréscimos e diferimentos	404.393	2.265.019	692.599	2.063.698	1.284.236	6.630.545
Outros	121.581	600.280	2.143.927	897.330	2.765.973	6.529.091
Total	17.531.970	15.489.338	16.582.135	40.205.470	4.080.510	93.889.423

A repartição dos ativos e passivos por segmentos é feita de acordo com o volume das carteiras de investimentos e passivos e provisões técnicas, respetivamente. O segmento “não técnico” diz respeito aos ativos e passivos não relacionados diretamente com produtos.

## 5. Prémios de contratos de seguro

### Prémios líquidos de resseguro

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2012	2011
Prémios brutos emitidos	71.370.976	71.606.955
Prémios de resseguro cedido	(7.939.015)	(8.817.700)
Prémios líquidos de resseguros	63.431.961	62.789.255
Variação da provisão para prémios não adquiridos (líquida de resseguro)	(207.955)	94.729
Prémios líquidos de resseguro	<b>63.224.006</b>	<b>62.883.984</b>

### Anexo 4 - Discriminação de alguns valores por ramos:

Ramo/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro**
<b>Seguro Directo</b>					
Acidentes e doença	3.960.429	7.508.323	2.216.673	1.367.237	(2.433.918)
Doença	27.187.242	27.190.579	21.448.517	2.610.877	577.083
Incendio e outros danos	23.776.500	23.472.531	11.255.491	1.987.173	1.931.947
Automóvel					
Responsabilidade Civil	9.991.978	10.124.119	4.967.731	771.288	(1.000.950)
Outras Coberturas	6.454.827	6.410.426	1.464.533	1.661.527	1.721.264
<b>Total</b>	<b>71.370.976</b>	<b>74.705.978</b>	<b>41.352.945</b>	<b>8.398.102</b>	<b>795.427</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

\*\* Saldo favorável aos Resseguradores

## 6. Discriminação dos custos com sinistros

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2012	2011
<b>Seguro directo</b>		
Montantes pagos	(42.537.076)	(43.708.429)
Custos imputados à função sinistros (Nota 11)	(5.647.680)	(5.831.327)
Variação da provisão para sinistros	1.184.130	3.999.368
	<b>(47.000.626)</b>	<b>(45.540.388)</b>
<b>Resseguro cedido</b>		
Montantes pagos	1.855.615	1.174.828
Variação da provisão para sinistros	1.518.247	(400.116)
	<b>3.373.862</b>	<b>774.712</b>
	<b>(43.626.764)</b>	<b>(44.765.676)</b>

**Anexo 3\*:**

Ramo/Grupos de Ramos		Montantes pagos prestações (1)	Montantes Pagos Custo de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro Directo</b>					
Acidentes e doença	Acidentes Pessoais	(1.825.956)	(3.030)	(390.717)	(2.219.703)
	Doença	(19.046.557)	(4.142.524)	(2.401.961)	(25.591.042)
Incendio e outros danos		(11.629.179)	(680.805)	373.688	(11.936.296)
Automóvel					
Responsabilidade Civil		(8.142.410)	(258.791)	3.174.679	(5.226.522)
Outras Coberturas		(1.892.974)	(562.530)	428.441	(2.027.063)
<b>Total</b>		<b>(42.537.076)</b>	<b>(5.647.680)</b>	<b>1.184.130</b>	<b>(47.000.626)</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

O valor da variação da Provisão para Sinistros, apresentado acima, é líquido de reembolsos a receber no montante de 678 milhares de euros.

**7. Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro**

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	2012	2011
Provisão para desvios de sinistralidade	(196.516)	(185.026)
Provisão para riscos em curso	1.128.954	(1.867.790)
Outras provisões técnicas	(2.958.499)	
	<b>(2.026.061)</b>	<b>(2.052.816)</b>

**8. Custos e Gastos de Exploração líquidos**

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2012	2011
Custos de aquisição	(11.262.312)	(12.908.056)
Comissões por intermediação de produtos de seguro direto	(8.006.736)	(8.518.992)
Custos imputados à função aquisição (nota 11)	(2.638.324)	(3.112.921)
Outros	(617.253)	(1.276.143)
Custos de aquisição diferidos (variação)	(554.113)	(181.333)
Custos imputados à função administrativa (nota 11)	(2.231.552)	(3.859.078)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.769.726	4.736.432
Comissões de resseguros cedido	3.399.091	3.307.975
Participação nos resultados de resseguro	370.635	1.428.457
	<b>(10.278.251)</b>	<b>(12.212.035)</b>

## 9. Rendimentos / réditos de investimentos

### *Rendimentos por categoria de investimento*

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	2012	2011
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda	2.919.491	2.601.819
de ativos a deter até à maturidade	-	169.692
de empréstimos concedidos e contas a receber	347.005	688.311
	<b>3.266.497</b>	<b>3.459.822</b>

## 10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros diz respeito aos custos imputados à função investimentos (nota 11).

## 11. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	2012	2011
Custos com sinistros (ver Nota 6)	(5.647.680)	(5.831.327)
Custos de aquisição (ver Nota 8)	(2.638.324)	(3.112.921)
Custos administrativos (ver Nota 8)	(2.231.552)	(3.859.078)
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 10)	(284.053)	(233.851)
Outras provisões		(37.136)
	<b>(10.801.609)</b>	<b>(13.074.313)</b>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	2012	2011
Custos com pessoal	(2.909.133)	(2.782.049)
Fornecimentos e serviços externos	(7.702.374)	(8.326.051)
Impostos e taxas	(288.463)	(271.934)
Amortizações do exercício (ver notas 20 e 21)	(606.636)	(512.171)
Outras provisões (ver nota 29)	780.000	(1.097.906)
Comissões	(75.003)	(84.202)
Outros	-	-
	<b>(10.801.609)</b>	<b>(13.074.313)</b>

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Electricidade	(22.639)	(19.687)
Combustíveis	(18.184)	(14.986)
Água	(1.091)	
Impressos	317.741	(41.168)
Material de escritório	(4.740)	
Livros e documentação técnica	(183)	
Conservação e Reparação	(963.810)	(538.690)
Rendas e Alugueres	(365.021)	(241.057)
Despesas de representação	(975)	
Comunicação	(516.864)	(513.116)
Deslocações e Estadas	(32.364)	(24.823)
Seguros	(30.941)	(47.718)
Gastos com Trabalho Independente	(22.526)	(20.077)
Publicidade e Propaganda	(164.293)	(103.164)
Limpeza, Higiene e Conforto	(38.248)	(35.300)
Contencioso e notariado	(410)	
Vigilância e segurança	(2.646)	
Trabalhos Especializados	(5.718.377)	(6.567.750)
Quotizações (Actividade)	(44.350)	(50.933)
Refeições no local de trabalho	(9.562)	-
Despesas de Condomínio	(26.878)	(52.946)
Despesas Bancárias - Comissões	(18.544)	(13.745)
Outros Fornecedores e Serviços	(17.467)	(40.891)
	<b>(7.702.374)</b>	<b>(8.326.051)</b>

A rubrica de trabalhos especializados inclui o montante de 3.807 milhares de Euros, respeitante a gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença (3.915 milhares de Euros em 2011).

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados na rubrica de trabalhos especializados. Durante o exercício 2012 foram faturados 23 milhares de Euros respeitantes a serviços de Revisão Legal de Contas (20 milhares de Euros em 2011).

*Gastos com pessoal:*

*Número médio de trabalhadores*

Durante os exercícios de 2012 e 2011, de acordo com a nova classificação do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efetivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Directores	3	3
Gestores	1	1
Coordenadores	5	5
Técnicos	22	23
Especialistas	24	23
	<b>55</b>	<b>55</b>



### *Despesas com o pessoal*

O montante das despesas com o pessoal no exercício foi o seguinte:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Remunerações dos órgãos sociais	( 434.193)	( 169.149)
Remunerações do pessoal	(1. 930.881)	(1. 688.607)
Encargos sobre remunerações	( 435.498)	( 394.873)
Benefícios pós emprego	( 43.029)	( 26.113)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	( 9.916)	-
Seguros obrigatórios	( 34.560)	( 40.649)
Custos de ação social	( 82.145)	( 47.936)
Outros custos com o pessoal	23. 732	( 39.666)
Estimativa de bónus	37. 357	( 375.056)
	<b><u>(2.909.133)</u></b>	<b><u>(2.782.049)</u></b>

### *Órgãos sociais*

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Conselho de Administração</b>		
Remunerações e outros benefícios	( 392.875)	( 163.421)
Remunerações variáveis	23. 368	( 61.528)
Encargos sobre remunerações	( 119.185)	( 8.025)
	<b><u>(488.692)</u></b>	<b><u>(232.974)</u></b>

Na rubrica Remunerações variáveis de 2012 estão incluídas recuperações de acréscimos constituídos em 2011 no valor de 140 milhares de euros.

## **12. Obrigações com benefícios dos empregados**

### *Pensões de reforma, plano de benefício definido*

Conforme referido na Nota 2.11., foram estabelecidos planos de contribuição definida para os colaboradores da Companhia, sendo o montante da contribuição para esses planos de 10 milhares de euros, estando abrangidos os benefícios por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma é efetuada anualmente, tendo a última sido elaborada com data de referência a 31 de Dezembro de 2012.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais , para 31 de Dezembro de 2012 e 2011, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Pressupostos financeiros</b>		
Taxa de evolução salarial	N/A - 2,50% (*)	3,25% - 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões	1,00% - 2,50% (*)	1,00% - 3,75% (*)
Taxas de rendimento do fundo	4,94% - 5,40% (*)	5,48% (*) - 5,90%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	N/A - 2,50% (*)	2,25% - 3,75% (*)
Taxa de desconto	4,25%	5,50%
<b>Pressupostos demográficos e métodos de avaliação</b>		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Projet Unit Credit Method	

(\*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de “rating” elevada qualidade.

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Ativos	3	12

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativos (responsabilidades) liquidas reconhecidas em balanço</b>		
Responsabilidade em 31 de Dezembro		
Pensionistas	(29.817)	-
Ativos	(162.308)	(318.219)
	<b>(192.125)</b>	<b>(318.219)</b>
<b>Saldo do fundo em 31 de Dezembro</b>	204.384	296.068
Ativos/(passivos) a receber/entregar ao fundo	12.259	(22.151)
<b>Ativos (responsabilidades) liquidas em balanço em 31 de Dezembro</b>	<b>12.259</b>	<b>(22.151)</b>

Os Ativos líquidos em balanço encontram-se refletidas na rubrica de Ativos e Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	<b>(318.219)</b>	<b>(292.622)</b>
Custos do serviço corrente	(15.068)	(41.129)
Custos dos juros	(17.290)	(15.882)
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidade	18.390	23.715
Pensões pagas pelo fundo	7.699	7.699
Alteração plano BD/CD	132.363	-
	<b>(192.125)</b>	<b>(318.219)</b>
<b>Responsabilidade em 31 de Dezembro</b>	<b>(192.125)</b>	<b>(318.219)</b>

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser analisada como segue:

	2012	2011
<b>Saldo do fundo 1 de Janeiro</b>	<b>296.068</b>	<b>279.069</b>
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	13.981	13.981
Ganhos e perdas atuariais	26.698	(13.570)
Contribuições efetuadas pela Companhia	-	16.588
Alteração plano BD/CD	(132.363)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>204.384</b>	<b>296.068</b>

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar durante 2012 e 2011, pode ser analisada como segue:

	2012	2011
<b>(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro</b>	<b>(22.151)</b>	<b>(13.553)</b>
Ganhos e perdas atuariais da responsabilidades	1.825	10.145
Encargos do ano:		
Custo do serviços corrente	(43.029)	(43.030)
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	7.699	24.287
Fecho plano "pré-reformas"	67.916	-
<b>(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro</b>	<b>12.260</b>	<b>(22.151)</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2012	2011
Custos do serviço corrente	15.068	41.129
Custo dos juros	17.290	15.882
Rendimento esperado do fundo	(15.544)	(13.981)
Amortização do exercício	-	(16.917)
<b>Custos do exercício</b>	<b>16.814</b>	<b>26.113</b>

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos podem ser analisados como segue:

	2012	2011	2010	2009	2008
Responsabilidades	(194.579)	(318.219)	(292.622)	(261.419)	(277.150)
Saldo dos fundos	206.839	296.068	279.069	277.162	231.342
Responsabilidades (sub)/sobre financiadas	<b>12.260</b>	<b>(22.151)</b>	<b>(13.553)</b>	<b>15.743</b>	<b>(45.808)</b>

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2012	%	2011	%
em milhares de euros				
Terrenos e edifícios	7.934	16,16%	7.934	13,65%
Ações e outros títulos de rendimento variável	11.680	23,79%	12.645	29,09%
Títulos de rendimento	25.894	52,74%	34.253	54,02%
Depósitos em instituições de crédito	2.001	4,07%	1.449	1,94%
Devedores e credores do fundo	1.440	2,93%	50	0,48%
Juros a receber	151	0,31%	292	0,83%
	<b>49.101</b>	<b>100%</b>	<b>56.623</b>	<b>100%</b>

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões Tranquilidade, do qual a BES-Seguros representa cerca de 3% do total do fundo.

A Companhia não utiliza ativos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos pela Companhia.

### 13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

*Ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação*

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação:

	2012			2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos disponíveis para venda	213.040	(379.590)	(166.550)	-	(7.679)	(7.679)
	<b>213.040</b>	<b>(379.590)</b>	<b>(166.550)</b>	<b>-</b>	<b>(7.679)</b>	<b>(7.679)</b>

*Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos*

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas provenientes do processo de amortização dos investimentos financeiros:

	2012			2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos disponíveis para venda	33.181	(617.903)	(584.721)	37.980	(489.482)	(451.502)
De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	1.406	-	1.406
	<b>33.181</b>	<b>(617.903)</b>	<b>(584.721)</b>	<b>39.386</b>	<b>(489.482)</b>	<b>(450.096)</b>

### 14. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2012		2011	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros juros	8.627	-	2.208	(1.189)
Outros rendimentos/(gastos)	(3.398)	41.527	-	(88.125)
	<b>5.229</b>	<b>41.527</b>	<b>2.208</b>	<b>(89.314)</b>

### 15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	2012	2011
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	1.616	1.000
Depósitos à ordem	7.821.913	623.758
	<b>7.823.529</b>	<b>624.758</b>

## 16. Inventário de participações e instrumentos financeiros - Anexo 1

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
2 Outros							
2.1 Títulos Nacionais							
2.1.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 Acções							
AdvanceCare, S.A.		1		5,00	5	7,17	7
ES Contact Center, S.A.		43.750		1,00	43.750	0,92	40.136
Sub-total		43.751			43.755		40.144
Total		43.751			43.755		40.144
2.1.2 Títulos de dívida							
2.1.2.1 De dívida pública							
O. Tesouro - PGB 5.45% /1998 - 23/09/2013		2.500.000	1,00		2.697.284	1,00	2.505.000
O. Tesouro - PGB 4.75% /2009 - 14/06/2019		3.000.000	0,90		2.998.980	0,90	2.713.800
O. Tesouro - PGB 3.6% /2009 - 15/10/2014		2.000.000	1,00		2.002.176	1,00	2.005.500
Sub-total		7.500.000			7.698.440		7.224.300
2.1.2.3 De outros emissores							
Obrigações - BANCO ESPRITO SANTO 5.625% /2009 - 05/06/2014		2.000.000	1,01		1.990.660	1,01	2.018.800
Obrigações - CGD 4.375% /2009 - 13/05/2013		1.000.000	1,00		1.036.000	1,00	997.500
Obrigações - ESPRITO SANTO FIN GRP 6.875% /2009 - 21/10/2019		1.000.000	0,93		997.910	0,93	930.030
Obrigações - BANCO ESPRITO SANTO 3.875% /2010 - 21/01/2015		2.000.000	0,98		1.994.850	0,98	1.952.600
Obrigações - REN REDES ENERGETICAS 7.875 % /2008 - 10/12/2013		1.000.000	1,04		1.105.000	1,04	1.039.430
Sub-total					7.124.420		6.938.360
Total		7.500.000			14.822.860		14.162.660
2.2 Títulos Estrangeiros							
2.2.1 Instrumentos de Capital e unidades de participação							
2.2.1.1 Acções							
Acções - LYXOR ETF MSCI EUROPE		12.260		88,85	1.089.356	95,82	1.174.753
Acções - ISHARES EURO STOXX		9.200		21,66	199.310	26,63	244.996
Sub-total		21.460			1.288.666		1.419.749
2.2.2 Títulos de dívida							
2.2.2.1 De dívida pública							
Obrigações - EIB Float /2010 - 15/01/2018		2.000.000	0,99		1.976.830	0,99	1.984.300
Obrigações - SFEF 3.25% /2009 - 16/01/2014		1.000.000	1,03		1.053.780	1,03	1.031.650
Obrigações - BTFS 4.25% /2004 - 01/08/2014		2.000.000	1,04		2.142.030	1,04	2.070.800
Obrigações - CADES 2.625% /2009 - 15/01/2015		1.000.000	1,05		1.007.130	1,05	1.046.450
Obrigações - EFSF 2.75% /2011 - 05/12/2016		3.000.000	1,08		2.993.620	1,08	3.254.700
Obrigações - EFSF 1.625% /2012 - 15/09/2017		1.000.000	1,04		1.024.730	1,04	1.038.100
Sub-total					10.198.120		10.426.000
2.2.2.3 De outros emissores							
Obrigações - HSBC FINANCE Float /2006 - 05/04/2013		2.500.000	1,00		2.501.318	1,00	2.500.025
Obrigações - CREDIT AGRICOLE 6% /2008 - 24/06/2013		2.500.000	1,03		2.506.754	1,03	2.562.500
Obrigações - SHELL INTERNATIONAL 3% /2009 - 14/05/2013		1.000.000	1,01		999.245	1,01	1.009.880
Obrigações - CREDIT AGRICOLE 5.875% /2009 - 21/06/2019		5.000.000	1,14		5.008.497	1,14	5.708.050
Obrigações - CREDIT AGRICOLE 3.5% /2009 - 21/07/2014		1.500.000	1,05		1.498.200	1,05	1.569.675
Obrigações - PFIZER 3.625% /2009 - 03/06/2013		1.000.000	1,01		1.025.360	1,01	1.013.390
Obrigações - SANOFI-AVENTIS 3.125% /2009 - 10/10/2014		500.000	1,05		499.415	1,05	523.670
Obrigações - EDP FINANCE 3.25% /2010 - 16/03/2015		1.000.000	1,00		991.630	1,00	1.000.250
Obrigações - FRANCE TELECOM 7.25% /2003 - 28/01/2013		695.000	1,00		783.286	1,00	696.731
Obrigações - DIAGEO CAPITAL BV 5.5% /2008 - 01/07/2013		1.000.000	1,02		1.095.030	1,02	1.024.750
Obrigações - ENI SPA 4.625% /2003 - 30/04/2013		1.000.000	1,01		1.069.930	1,01	1.011.240
Obrigações - BK NEDERLANDSE GEMEENTEN 3.75% /2006 - 16/12/2013		1.000.000	1,03		1.067.530	1,03	1.034.250
Obrigações - ROCHE HLDGS INC 5.625% /2009 - 04/03/2016		73.000	1,15		85.527	1,15	84.208
Obrigações - BNP PARIBAS 3.625% /2009 - 16/06/2014		500.000	1,05		515.880	1,05	523.050
Obrigações - BNP PARIBAS HOME LOAN 4.125% /2009 - 15/01/2014		1.000.000	1,04		1.040.980	1,04	1.037.600
Obrigações - CRED MUTUEL - CIC HOME 3.375% /2011 - 18/07/2016		1.000.000	1,09		1.001.130	1,09	1.090.830
Obrigações - DEUTSCH BAHN FIN BV 2.875% /2011 - 30/06/2016		1.000.000	1,08		1.007.030	1,08	1.076.860
Obrigações - DSM NV 5.75% /2009 - 17/03/2014		750.000	1,06		818.280	1,06	795.263
Obrigações - EDF 4.5% /2009 - 17/07/2014		750.000	1,06		797.880	1,06	793.095
Obrigações - VOLKSWAGEN FIN 3.5% /2009 - 02/02/2015		500.000	1,05		518.880	1,05	527.395
Obrigações - GLAXOSMITHKLINE 3.875% /2009 - 06/07/2015		800.000	1,08		860.830	1,08	865.608
Obrigações - BARCLAYS BK PLC 3.5% /2010 - 18/03/2015		1.000.000	1,06		1.036.530	1,06	1.056.900
Obrigações - SOCIETE GENERALE 3.125% /2010 - 21/09/2017		1.000.000	1,07		995.530	1,07	1.073.690
Obrigações - BP CAPITAL MARKETS 3.83% /2010 - 06/10/2017		800.000	1,13		854.750	1,13	900.728
Obrigações - DEUTSCHE TELEKOM INT FIN 4% /2005 - 19/01/2015		500.000	1,06		533.030	1,06	530.990
Obrigações - TELIASONERA AB 4.125% /2005 - 11/05/2015		500.000	1,08		539.530	1,08	539.540
Obrigações - ABN AMRO BANK NV 2.75% /2010 - 29/10/2013		1.000.000	1,02		1.015.540	1,02	1.017.920
Obrigações - MORGAN STANLEY 4.5% /2009 - 29/10/2014		500.000	1,05		508.480	1,05	527.380
Obrigações - GROUPE AUCHAN SA 3.625% /2011 - 19/10/2018		1.000.000	1,12		1.084.530	1,12	1.119.080
Obrigações - GDF SUEZ 2.75% /2010 - 18/10/2017		1.000.000	1,07		1.040.730	1,07	1.069.660
Obrigações - PHILIP MORRIS INTL INC 5.75% /2009 - 24/03/2016		1.000.000	1,15		1.155.530	1,15	1.154.920
Obrigações - PROCTER & GAMBLE CO/THE 5.125% /2007 - 24/10/2017		1.000.000	1,19		1.190.030	1,19	1.194.750
Obrigações - VOTORANTIM LTD 5.25% /2010 - 28/04/2017		500.000	1,09		525.030	1,09	544.375
Obrigações - CIE FINANCIER FONCIE 2.25% /2012 - 21/08/2015		1.000.000	1,04		1.014.530	1,04	1.039.270
Obrigações - IPIC GMTN LTD 4.875% /2011 - 14/05/2016		1.000.000	1,11		1.100.030	1,11	1.108.750
Obrigações - GAZPROM 3.755% /2012 - 15/03/2017		500.000	1,05		505.445	1,05	526.665
Obrigações - ROYAL BK SCOT PLC 5.75% /2009 - 21/05/2014		500.000	1,06		533.630	1,06	532.275
Obrigações - PETROBRAS G8 FIN 3.25% /2012 - 01/04/2019		500.000	1,03		497.020	1,03	516.565
Obrigações - LLOYDS TSB BANK PLC 3.75% /2010 - 07/09/2015		1.000.000	1,07		1.071.030	1,07	1.070.890
Obrigações - ANHEUSER-BUSCH INBEV NV 1.25% /2012 - 24/03/2017		1.000.000	1,01		1.005.830	1,01	1.011.120
Obrigações - VALE SA 4.375% /2010 - 24/03/2018		500.000	1,11		553.155	1,11	552.815
Obrigações - ATLANTIA SPA 4.375% /2012 - 16/03/2020		500.000	1,07		521.180	1,07	533.505
Obrigações - TELECOM ITALIA SPA 4.5% /2012 - 20/09/2017		500.000	1,07		521.180	1,07	533.760
Obrigações - NESTLE FINANCE INTL LTD 0.75% /2012 - 17/10/2016		500.000	1,01		499.480	1,01	502.625
Obrigações - ENEL-SOCIETA PER AZIONI 4.75% /2003 - 12/06/2018		500.000	1,08		530.655	1,08	538.085
Obrigações - STANDARD CHARTERED PLC 1.75% /2012 - 29/10/2017		1.000.000	1,02		998.800	1,02	1.018.600
Obrigações - CARREFOUR SA 4.375% /2006 - 02/11/2016		500.000	1,10		553.330	1,10	551.475
Obrigações - ENXIS HOLDING NV 1.875% /2012 - 13/11/2020		500.000	1,00		496.110	1,00	499.370
Obrigações - SANOFI 1% /2012 - 14/11/2017		500.000	1,00		498.820	1,00	501.055
Obrigações - SKANDINAVISKA ENSKILDA 1.875% /2012 - 14/11/2019		1.000.000	1,01		993.230	1,01	1.008.260
Obrigações - XSTRATA FINANCE DUBAI LT 2.375% /2012 - 19/11/2018		500.000	1,00		498.070	1,00	500.575
Obrigações - IBM CORP 1.375% /2012 - 19/11/2019		500.000	0,99		497.945	0,99	494.030
Obrigações - JPMORGAN CHASE & CO 1.875% /2012 - 21/11/2019		1.000.000	1,00		992.910	1,00	1.003.350
Obrigações - DANONE 1.125% /2012 - 27/11/2017		700.000	1,00		698.273	1,00	702.821
Obrigações - AT&T INC 1.875% /2012 - 04/12/2020		750.000	1,00		743.273	1,00	751.763
Obrigações - BMW FINANCE NV 1.5% /2012 - 05/06/2018		750.000	1,01		748.718	1,01	757.898
Obrigações - RIO TINTO FINANCE PLC 2% /2012 - 5/11/2020		750.000	1,02		744.563	1,02	762.450
Obrigações - SANTANDER INTL DEBT SA 4.5% /2011 - 18/05/2015		500.000	1,03		514.780	1,03	515.765
Sub-total					53.503.836		54.711.988
Total		21.460			64.990.622		66.557.738
3 - TOTAL GERAL		65.211			79.857.237		80.760.541

## 17. Ativos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	Custo Amortizado <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	23.364.976	170.430	(2.728.267)	20.807.139	309.354	20.807.139
De outros emissores	52.688.634	281.749	(3.656.299)	49.314.084	875.888	49.314.084
Ações	939.697	19.774	(55.605)	903.866	-	903.866
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>76 993 307</b>	<b>471 953</b>	<b>( 6 440 171)</b>	<b>71 025 089</b>	<b>1 185 242</b>	<b>71 025 089</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	17.823.009	350.941	(286.133)	17.887.817	237.517	17.887.817
De outros emissores	61.097.131	1.805.124	(125.987)	62.776.267	1.125.918	62.776.267
Ações	1.336.827	123.066	-	1.459.893	-	1.459.893
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>80 256 967</b>	<b>2 279 130</b>	<b>( 412 120)</b>	<b>82 123 977</b>	<b>1 363 435</b>	<b>82 123 977</b>

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável

O escalonamento dos ativos financeiros disponíveis para a venda por prazos de vencimento é como segue:

	2012	2011
Até um ano	17.776.051	11.582.882
de um a três anos	23.574.416	34.539.320
de três a cinco anos	20.923.992	7.725.520
de cinco a quinze anos	18.389.625	14.343.516
Mais de quinze anos	-	1.925.762
Sem maturidade	1.459.893	908.089
	<b>82.123.977</b>	<b>71.025.089</b>

## 18. Investimentos financeiros valorizados ao justo valor

### Níveis hierárquicos

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros disponíveis para venda, podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas, um peso significativo na valorização obtida.

Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como *inputs* dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

O escalonamento dos ativos financeiros detidos para negociação e dos ativos financeiros disponíveis para venda, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

	2012		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	82.083.833	40.144	<b>82.123.977</b>

	2011		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	70.972.704	52.385	<b>71.025.089</b>

Em 2012 e 2011 não existiram transferências de ativos entre Níveis, bem como a Companhia não possui investimentos classificados no Nível 3.

#### *Justo Valor*

	2012		2011	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.823.529	7.823.529	1.211.063	1.211.063
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	12.367.540	12.367.540	19.927.196	16.826.624
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	2.798.515	2.798.515	3.444.744	3.444.744
<b>Ativos financeiros ao justo valor</b>	<b>22.989.584</b>	<b>22.989.584</b>	<b>24.583.003</b>	<b>21.482.431</b>
Outros credores por operações de seguro e outras operações	5.435.081	5.435.081	5.450.249	5.450.249
<b>Passivos financeiros ao justo valor</b>	<b>5.435.081</b>	<b>5.435.081</b>	<b>5.450.249</b>	<b>5.450.249</b>

## 19. Empréstimos e contas a receber

A rubrica de empréstimos e contas a receber é analisada como segue:

	2012	2011
Depósitos a prazo - Capital	12.319.000	9.809.151
Depósitos a prazo - Juro decorrido	48.540	81.617
Outros empréstimos - Capital	-	10.000.000
Outros empréstimos - Juro decorrido	-	36.428
	<b>12.367.540</b>	<b>19.927.196</b>

## 20. Outros ativos fixos tangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	2012	2011
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	1.258.699	1.230.033
Mobiliário e material	272.848	272.455
Instalações interiores	270.354	270.354
Máquinas e ferramentas	65.959	65.959
Outros	33.999	33.999
	<b>1.901.859</b>	<b>1.872.800</b>
Depreciação acumulada	(1.748.878)	(1.657.050)
	<b>152.981</b>	<b>215.750</b>

O modelo de valorização aplicado aos ativos tangíveis foi especificado no ponto 2.8.

Durante o exercício de 2012 não foi registada qualquer perda por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis é analisado como segue:

	<b>Equipamento</b>
<b>Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2011</b>	<b>307.238</b>
Adições	43.394
Alienação	-
Amortizações do exercício	(134.882)
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>215.750</b>
Adições	29.059
Alienação	-
Amortizações do exercício	(91.828)
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>152.981</b>

## 21. Ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Software	10.346.366	9.735.388
Imobilizações em curso	33.600	41.432
Despesas em edifícios arrendados	650.596	650.596
Despesas de investigação e desenvolvimento	20.215	20.215
Patentes, Marcas e Alvarás	385	385
Amortizações acumuladas	(9.109.227)	(8.594.418)
	<b>1.941.935</b>	<b>1.853.598</b>

O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis foi especificado no ponto 2.9.

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis foi o seguinte:

	<b>Ativos Intangíveis</b>
<b>Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2011</b>	<b>1.745.512</b>
Adições	1.661.630
Transferencias	(1.176.255)
Amortizações do exercício	(377.289)
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>1.853.598</b>
Adições	603.146
Transferencias	-
Amortizações do exercício	(514.809)
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>1.941.935</b>



## 22. Provisões técnicas e custos com sinistros

### Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

	2012			2011		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	34.323.802	(15.397.207)	18.926.595	37.658.805	(18.940.166)	18.718.639
Custos de aquisição diferidos	(5.916.603)	8.733.014	2.816.411	(6.470.715)	10.742.319	4.271.604
Provisão para sinistros	37.246.826	(4.818.200)	32.428.626	38.430.956	(3.299.953)	35.131.003
Provisão para desvios de sinistralidade	1.445.872	-	1.445.872	1.249.357	-	1.249.357
Provisão para riscos em curso	3.375.645	-	3.375.645	4.504.599	-	4.504.599
Provisão para envelhecimento	4.500.000	-	4.500.000	1.541.501	-	1.541.501
	<b>74.975.542</b>	<b>(11.482.393)</b>	<b>63.493.149</b>	<b>76.914.503</b>	<b>(11.497.800)</b>	<b>65.416.703</b>

A provisão para sinistros inclui uma provisão de 10.950.496 euros (em 2011: 9.899.157 euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2012 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 2.310.111 euros (em 2011: 1.870.250 euros) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de Dezembro de 2012.

### Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estimativa inicial dos custos com sinistros	5.996.110	11.347.899	15.766.063	24.181.356	33.194.610	40.196.444	46.433.756	49.120.218	49.430.923	42.299.121	38.430.958	37.246.826
Pagamentos acumulados												
Um ano depois	4.183.987	6.898.864	6.617.500	7.762.985	9.661.720	10.287.553	10.086.379	9.558.170	12.258.391	12.259.189	11.625.454	
Dois anos depois	5.653.232	7.888.305	7.721.879	10.226.437	12.747.914	13.688.926	12.917.489	13.442.691	15.697.669	15.100.958		
Três anos depois	6.022.901	8.472.970	9.284.472	12.582.410	15.206.274	15.670.206	15.894.945	16.315.211	17.498.001			
Quatro anos depois	6.453.208	9.122.964	10.711.491	14.335.696	16.739.019	18.334.227	17.925.585	17.695.437				
Cinco anos depois	6.596.726	10.294.419	12.041.815	15.514.089	18.384.753	19.899.929	19.127.186					
Seis anos depois	6.968.893	11.228.226	12.938.487	16.726.369	19.785.202	20.657.195						
Sete anos depois	7.204.778	11.606.767	13.997.265	17.272.315	20.374.149							
Oito anos depois	7.295.011	12.525.548	14.256.887	17.801.384								
Nove anos depois	7.543.903	12.753.524	14.396.158									
Dez anos depois	7.563.388	12.880.799										
Onze anos depois	7.679.101											
Estimativa final dos custos com sinistros												
Um ano depois	6.902.817	11.976.213	17.068.201	25.570.426	32.818.587	40.356.541	45.126.156	44.864.762	39.647.050	33.825.684	30.461.994	
Dois anos depois	7.303.201	13.773.652	18.465.838	25.699.679	33.246.379	38.823.293	40.885.913	35.093.340	31.941.209	28.551.491		
Três anos depois	8.471.712	15.218.181	18.722.499	26.012.398	32.224.883	36.033.464	32.118.586	29.337.845	27.467.768			
Quatro anos depois	8.798.500	15.159.578	18.954.978	25.315.725	29.867.033	29.392.350	27.871.393	25.461.696				
Cinco anos depois	8.622.253	15.243.219	18.529.872	23.212.099	25.260.241	25.872.755	25.106.147					
Seis anos depois	8.566.478	14.902.538	17.265.396	20.747.368	23.332.925	24.448.448						
Sete anos depois	8.535.107	14.545.840	15.674.335	19.397.062	22.562.809							
Oito anos depois	8.267.541	13.684.613	15.124.461	19.168.841								
Nove anos depois	8.111.836	13.159.660	15.101.865									
Dez anos depois	7.785.458	13.106.098										
Onze anos depois	7.709.597											
<b>Excedente/(défice) acumulado</b>	<b>(1.713.487)</b>	<b>(1.758.199)</b>	<b>664.198</b>	<b>5.012.515</b>	<b>10.631.801</b>	<b>15.747.996</b>	<b>21.327.609</b>	<b>23.658.522</b>	<b>21.963.155</b>	<b>13.747.630</b>	<b>7.968.964</b>	<b>37.246.826</b>

### Anexo 2:

#### DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS		Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2012 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>NÃO VIDA</b>					
Acidentes e Doença	Acidentes Pessoais	1.255.532	1.030.867	500.391	275.726
	Doença	4.626.855	2.985.676	1.405.927	(235.252)
Incêndio e outros danos		3.574.143	2.910.053	426.077	(238.013)
Automóvel					
- Responsabilidade Civil		26.168.405	3.514.175	16.596.446	(6.057.784)
- Outras Coberturas		935.770	514.644	95.991	(325.135)
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>36.560.705</b>	<b>10.955.415</b>	<b>19.024.833</b>	<b>(6.580.457)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano 2012 e anteriores

O reajustamento no desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores relativo aos ramos Automóvel e Incêndio e outros danos é devido, em grande parte, ao encerramento de processos abertos com provisão elevada e posteriormente encerrados com custo inferior ao estimado anteriormente, alguns deles provenientes de sentenças judiciais favoráveis.

No ramo Doença, o reajustamento decorre principalmente de revisão do critério de avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados.

### 23. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	2012	2011
<b>Contas a receber por operações de seguro directo</b>		
Tomadores de seguro	517.907	425.943
<b>Contas a receber por operações de resseguro</b>		
Resseguradores	1.534.237	1.009.472
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Outros devedores	746.371	2.009.329
	<b>2.798.515</b>	<b>3.444.744</b>

### 24. Impostos

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2012 e 2011 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e derrama de 29% e 26,5% respetivamente, aplicável às atividades da Companhia. A alteração da taxa deve-se à derrama estadual, criada pela Lei nº 12-A/2011 – Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Dívida pública.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da BES Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

#### *Principais componentes de gasto (rendimento) de impostos*

Os ativos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido dos Respetivos pagamentos por conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a atividade de seguros não vida.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

	Activos		Passivos	
	2012	2011	2012	2011
Impostos sobre rendimentos	-	-	584.180	2.411.355
Outros impostos e taxas	3.754	1.409.701	1.150.649	995.514
<b>Total</b>	<b>3.754</b>	<b>1.409.701</b>	<b>1.734.829</b>	<b>3.406.869</b>

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2012 e 2011 explica-se como segue:

	2012	2011
<b>Imposto corrente</b>	<b>(2.549.042)</b>	<b>(2.280.794)</b>
<b>Imposto diferido</b>		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(190.724)	43.639
	<b>(190.724)</b>	<b>43.639</b>
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>(2.739.766)</b>	<b>(2.237.155)</b>

A natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos, dizem respeito a diferenças temporárias.

O movimento do imposto diferido de balanço em 2012 e 2011 explica-se como segue:

	2012		2011	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ativos financeiros	-	(2.272.216)	(537)	1.115.265
Pensões	-	-	(8.171)	-
Provisões	(190.724)	-	-	-
Outros	-	-	52.347	-
	<b>(190.724)</b>	<b>(2.272.216)</b>	<b>43.639</b>	<b>1.115.265</b>

#### *Imposto sobre o rendimento reportado em reservas*

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2012 e 2011 explica-se como segue:

	2012	2011
<b>Imposto corrente</b>	<b>(2.549.042)</b>	<b>(2.280.794)</b>
<b>Imposto diferido</b>		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(190.724)	43.639
	<b>(190.724)</b>	<b>43.639</b>
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>(2.739.766)</b>	<b>(2.237.155)</b>

#### *Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico*

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2012		2011	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários</b>		<b>9.570.858</b>		<b>6.858.264</b>
Taxa de imposto estatutária	28,9%		29,0%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		(2.765.978)		(1.988.897)
Benefícios pós emprego		(10.757)		(5.902)
Benefícios fiscais		11.736		7.652
Outros		25.233		(250.008)
		<b>(2.739.766)</b>		<b>(2.237.155)</b>

## 25. Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica (Ativo) em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	2012	2011
Gastos diferidos	1.535.725	2.287.351
<b>Total</b>	<b>1.535.725</b>	<b>2.287.351</b>

A rubrica de gastos diferidos inclui em 2012 o montante de 1.489 milhares de euros (2011: 2.219 milhares de euros), respeitante a gastos com campanhas de dinamização comercial, referentes a exercícios seguintes.

## 26. Afetação dos investimentos e outros ativos

Em 31 de Dezembro de 2012, a afetação dos investimentos e outros ativos é analisada como segue:

<b>2012</b>			
	Seguros não Vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.821.913	1.616	7.823.529
Ativos financeiros disponíveis para venda	82.083.833	40.144	82.123.977
Empréstimos concedidos e contas a receber	12.367.540	-	12.367.540
Outros ativos tangíveis	152.981	-	152.981
<b>Total</b>	<b>102.426.267</b>	<b>41.759</b>	<b>102.468.026</b>
<b>2011</b>			
	Seguros não Vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.210.063	1.000	1.211.063
Ativos financeiros disponíveis para venda	70.972.704	52.385	71.025.089
Empréstimos concedidos e contas a receber	9.890.768	10.036.428	19.927.196
Investimentos a deter até à Maturidade	-	-	-
Outros ativos tangíveis	215.750	-	215.750
<b>Total</b>	<b>82.289.285</b>	<b>10.089.813</b>	<b>92.379.098</b>

## 27. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Contas a pagar por operações de seguro direto</b>		
Tomadores de seguro	2.398.153	1.377.257
<b>Contas a pagar por operações de resseguro</b>		
Resseguradores	623.542	524.452
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
Outros credores	2.413.386	3.548.540
	<b>5.435.081</b>	<b>5.450.249</b>

## 28. Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	670.344	794.488
Outros acréscimos de gastos	6.302.051	5.826.057
	<b>6.972.395</b>	<b>6.620.545</b>

A rubrica remunerações e Respetivos encargos a liquidar inclui o montante de 243 milhares de euros (2011: 292 milhares de euros) e 335 milhares de euros (2011: 503 milhares de euros) relativos a férias e Respetivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte e à estimativa do bónus referente ao exercício de 2012 a atribuir aos colaboradores mas cujo pagamento só será efetuado em 2013.

A rubrica outros acréscimos de gastos inclui o montante de 2.225 milhares de euros (2012: 1.945 milhares de euros) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

## 29. Outras provisões

As outras provisões são analisadas como segue:

	<b>Outras Provisões</b>
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2011</b>	<b>84.729</b>
Dotações	1.097.906
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>1.182.635</b>
Dotações	300.000
Utilização	(1.080.000)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>402.635</b>

Em 2011, a rubrica de “outras provisões” incluía o montante de 1.080 milhares de euros para fazer face a custos associados ao tratamento de movimentos nos contratos da Companhia efetuados de forma manual e até então não incluídos nos automatismos do sistema técnico da Companhia.

A provisão constituída em 2012 respeita a custos partilhados com o BES relativos a cobrança de prémios contratualmente estabelecidos, embora estes custos tenham, até à data, sido inteiramente assumidos pelo Banco Espírito Santo. Deste modo, a Companhia decidiu anular o acréscimo (efetuado em 2006) e constituiu uma provisão, uma vez que, embora o BES tenha vindo a assumir a totalidade dos mesmo e não se preveja que venha a existir posterior cobrança dos mesmos, contratualmente, estes custos devam ser partilhados.

## 30. Capital

### Estrutura Acionista

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social autorizado da BES, Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3.000.000 milhões de ações, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelos diferentes Acionistas.

Estrutura Acionista a 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	<b>% Capital</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Crédit Agricole Assurances, S.A.	50,00000%	50,00000%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	25,00000%	25,00000%
Banco Espírito Santo, S.A.	24,99333%	24,99333%
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	0,00333%	0,00333%
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	0,00333%	0,00333%
	<b>100,00000%</b>	<b>100,00000%</b>

### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

### Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2011</b>	<b>(2.122.477)</b>	<b>615.519</b>	<b>3.191.519</b>	<b>2.936.384</b>
Transferência para reservas	-	-	389.129	3.502.155
Aplicação Resultados-Distribuição Dividendos	-	-	-	(4.502.100)
Alterações de justo valor	(3.845.741)	1.115.264	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>(5.968.218)</b>	<b>1.730.783</b>	<b>3.580.648</b>	<b>1.936.439</b>
Transferência para reservas	-	-	823.323	(1.071.876)
Aplicação Resultados-Distribuição Dividendos	-	-	-	(3.480.000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	362.212	-
Alterações de justo valor	7.835.228	(2.272.216)	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>1.867.010</b>	<b>(541.433)</b>	<b>4.766.183</b>	<b>(2.615.437)</b>

### Dividendos

#### Distribuição de dividendos

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2012 e 2011, é analisada da seguinte forma:

	2012	2011
Crédit Agricole Assurances, S.A.	1.740.000	2.251.050
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	870.000	1.125.225
Banco Espírito Santo, S.A.	869.768	1.125.525
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	116	150
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	116	150
	<b>3.480.000</b>	<b>4.502.100</b>

### 31. Gestão dos riscos de atividade

Em termos da gestão de riscos da atividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

No ano de 2007, dando não só resposta à Norma do ISP (Norma 14/2005 R), mas também às exigências do Grupo em que se insere, foi constituído um departamento, a Direção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, comum às Companhias BES Vida, Companhia de Seguros, S.A. e BES, Companhia de Seguros, S.A.. As incumbências desta Direção integravam as seguintes áreas de atuação: Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo Interno.

A alteração da estrutura acionista da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A. em Maio de 2012 implicou alterações ao nível desta Direção, que deixou de ser partilhada entre as duas Companhias.

Neste sentido, a BES Seguros constituiu a Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*. O âmbito de atuação desta Direção integra as áreas anteriormente referidas e ainda a área de Planeamento e Controlo de Gestão.

No que respeita às áreas de *Compliance*, Controlo Interno e Gestão de Risco, mantêm-se as anteriores competências.

### *Compliance*

Compete à Direção no âmbito do *compliance*, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis às atividade de seguros, realizando para tal um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Comissão Executiva;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e dos materiais de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Atividades);
- Pesquisa e controlo periódicos de legislação aplicável às atividades da Companhia no que se refere a *Compliance* e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as ações a desempenhar pelas Companhias, por forma a que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar ações de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas; e
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude interna e externa.

### *Controlo Interno*

Compete à Direção no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Comissão Executiva, com as Direções/ Unidades de negócio dos processos relevantes, atividades, controlos e riscos inerentes associados;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos; e
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, análise das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções.

### *Gestão de Risco*

Durante o ano de 2012 destacaram-se os diversos desenvolvimentos no que respeita à implementação do novo regime de solvência (Solvência II). Internamente, este foi um ano relevante no processo de tomada de decisão, essencialmente no que respeita ao suporte tecnológico, transversal a todo o projeto.

Também o crescente enfoque atribuído à análise e monitorização dos diversos riscos, bem como ao processo de comunicação interno, tem contribuído para o papel que a gestão de risco tem vindo a desempenhar no apoio ativo à gestão.

A gestão de risco apresenta-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do setor financeiro em Portugal, e em particular às seguradoras sobretudo com as novas regras no âmbito da implementação do Solvência II, que obrigarão

a uma análise exaustiva e pormenorizada dos riscos a que as Companhias se encontram sujeitas com impactos diretos no montante de capital necessário para fazer face a esses mesmos riscos.

À Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*, no que se refere à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na BES Seguros, bem como ao Grupo Credit Agricole em termos hierárquicos, baseando o seu trabalho na sua estrutura e processos em vigor.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes, Canais de Distribuição, Acionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspetiva de exigência e confiança.

Relativamente à estrutura, informa-se que para além da referida Direção que integra a gestão de risco, a Companhia dispõe de um conjunto de Comitês, destacando-se o Comité de Controlo Interno e o Comité de Gestão de Risco, Controlo Interno, *Compliance* e Serviços Externos Essenciais. Estes Comitês são compostos pela Comissão Executiva, por representantes do Crédit Agricole e pelos Diretores de topo da organização (consoante o tema em discussão). Encontram-se alocadas a estes comitês as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, definição de planos de melhoria contínua, avaliação e análise de riscos operacionais e de conformidade e análise das recomendações de auditoria interna, culminando na contribuição para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor é transversal a toda a Companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da BES Seguros.

Constituindo como principais objetivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, *risk register* e testes de *stress* e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, provisionamento e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o setor, requisitos regulamentares, *standards* e código de conduta; e
- Reporte periódico, pelas diferentes Direções/ Unidades da estrutura organizativa, com o objetivo de garantir de que a Companhia efetua a gestão dos principais riscos que afetam o seu negócio.

A Companhia apresenta a descrição dos vários riscos a que se encontra exposta, de acordo com a estrutura da Circular nº7/2009, de 23 de Abril, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, referente ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno das Empresas de Seguros.

#### **A. Risco Estratégico**

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco.



Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver.

A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade.

Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus Órgãos de Administração, existindo uma comunicação regular desses objetivos a todos os colaboradores da Companhia.

As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

## **B. Risco de Seguro**

O risco específico de seguro pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos ou a assumir.

Os mecanismos de mitigação deste risco mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório anterior:

### **1) Desenho e Tarificação**

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos, que incluem sinistros a pagar, despesas e custo do capital.

Neste sentido:

- A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em tarifas construídas com base em princípios atuariais e sujeitas a revisão periódica;
- É efetuada uma análise por parte do Comité Técnico, o qual poderá emitir recomendações sobre as matérias analisadas;
- É efetuada uma análise prévia em sede de Comité de Produtos no qual se encontram representadas todas as Direções operacionais. Previamente ao lançamento dos produtos são analisados e discutidos vários aspetos referentes aos produtos e formuladas recomendações para o Presidente da Comissão Executiva para posterior aprovação, ou não, em sede de Comissão Executiva. Após aprovação do Comité de Produtos por parte da Comissão Executiva, o produto encontra-se aprovado para se iniciar a sua fase construção;
- Este processo é coadjuvado, posteriormente, pelo Comité NAP (Novos Produtos e Atividades), que pretende assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos, conflitos de interesses, conteúdo da formação, proteção de dados, etc.) dos novos produtos e atividades após todas as diligências efetuadas para o seu lançamento;
- A priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows baseadas em princípios atuariais. Posteriormente, é feito um acompanhamento do produto, das vendas, características dos riscos subscritos, sinistralidade e margem técnica. Mensalmente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e sinistralidade referentes a todos os produtos;
- Periodicamente as tarifas são revistas e são elaborados estudos mais aprofundados dos produtos, efetuando-se perfis da carteira e analisando-se o movimento de apólices (novos, anulações), variações de prémios, frequências e taxas de sinistralidade.

### **2) Subscrição**

A aceitação dos riscos é condicionada à Política de Subscrição (coberturas definidas e processos de aceitação condicionada) embebida no sistema e aprovada formalmente.

A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em padrões técnicos rigorosos, existindo alguns instrumentos auxiliares: tarifas, manuais de produto e subscrição, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos. Os produtos são criados de forma simples, padronizada e transparente. Quando existem riscos não enquadráveis nesta política a sua aceitação é condicionada, sendo necessária uma análise específica.

As regras definidas são parametrizadas no sistema informático de suporte e são definidos mecanismos de impedimento ou de alerta para quando alguma das regras não é cumprida.

De acordo com o risco de subscrição de cada situação em concreto, o processo de aceitação obedece a determinados perfis integrados no sistema que limitam a decisão sobre o processo de aceitação a algumas unidades operacionais ou colaboradores.

Em termos de definição e implementação de procedimentos de resolução de reclamações, a Companhia dispõe de um regulamento interno de gestão de reclamações, que define prazos internos para o processamento e resposta de reclamações e no momento de subscrição disponibiliza aos clientes informação sobre a gestão de reclamações, tal como previsto na Norma Regulamentar N°10/2009-R, de 25 de Junho, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal.

### 3) Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuarialmente reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados por isso. Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos;

O valor das provisões a constituir é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efetuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de métodos estatísticos, adequados à natureza dos riscos, para determinação da *Best Estimate* (ex.: *Chain ladder*, *bootstrap*). Anualmente o cálculo do provisionamento é revisto por uma entidade externa independente.

### 4) Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer uma variação das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Para mitigar este tipo de risco a Companhia implementou como medida que o sistema de suporte à atividade de gestão de sinistros incorpore regras específicas que permitem mitigar o risco de seguro.

Regularmente o Gabinete de Atuariado efetua um acompanhamento e monitorização dos sinistros geridos pela Companhia.

É efetuado um acompanhamento mensal da sinistralidade, que abrange as taxas de sinistralidade, a frequência e os custos, incluindo os custos médios por sinistros.

Este acompanhamento permite analisar a evolução destas rubricas, detetar tendências e equacionar estratégias futuras, quer seja ao nível da tarifação, do provisionamento ou do resseguro.

Esta análise é efetuada para cada um dos produtos em comercialização e é reportada mensalmente às várias Direções da Companhia e à Comissão Executiva.

O Gabinete de Atuariado, bem como a Direção de Sinistros, efetuam uma análise regular e detalhada dos sinistros que envolvem danos corporais e dos sinistros graves, permitindo um ajustamento adequado das provisões, bem como uma análise ao nível do impacto no resseguro.

#### 5) Resseguro

A mitigação de risco é efetuada principalmente através de programas de resseguro específicos e adequados a cada tipo de risco, existindo uma elevada exigência face aos resseguradores contratados, tendo em consideração o seu *rating*, solvência financeira e capacidade de prestação de serviços. Os principais tratados existentes na Companhia são Não Proporcionais – *Excess of Loss* – para os produtos Automóvel e Multirriscos e Proporcionais – *Quota Share* – para os outros produtos. O risco catastrófico (fenómenos sísmicos e catástrofes naturais) está coberto por um tratado de excedente de perdas, sendo a sua retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia e o seu limite máximo analisado em função da frequência deste tipo de eventos e do seu impacto nos capitais da Companhia. O período de retorno considerado foi de 300 anos.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

	Valores em milhares de euros	
	2012	2011
Aumento de 5% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	( 2.181)	( 2.238)
Aumento de 10% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	( 4.363)	( 4.477)
Aumento de 5% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	( 514)	( 611)
Aumento de 10% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	( 1.028)	( 1.221)

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

#### **C. Risco de Mercado**

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e volatilidade dos preços de mercado.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações sobre políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As recomendações emitidas são submetidas à apreciação da Comissão Executiva.

A política de investimentos da Companhia tem sido conservadora, mantendo uma prudente diversificação, não só como fator de mitigação do risco, mas também para cumprir as regras de diversificação necessárias para que os ativos possam representar as provisões técnicas.

Regularmente é efetuada a monitorização dos ativos que representam as provisões técnicas.

##### 1) Risco de variação de preços de mercado de capitais, cambial, de taxa de juro, imobiliário e de *spread*

- Risco de variação de preços no mercado de capitais: Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. A mitigação deste risco na Companhia realiza-se através da formalização na política financeira de um conjunto de limites de exposição máxima permitida por emitentes e por classe de ativos.
- Risco Cambial: Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência. A gestão do risco cambial através do estabelecimento de limites para a sua exposição está definida na Política Financeira, aprovada

pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro.

- **Risco de Variação das taxas de juro:** As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. As atividades de gestão do risco (contratos de derivados, análises ALM,...) têm como objetivo a otimização da margem financeira, tendo em consideração os níveis das taxas de juro do mercado e a sua consistência com os objetivos estratégicos da Companhia. A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.
- **Risco de Imobiliário:** A Companhia não se encontra exposta a este risco, dado não proceder a investimentos no setor imobiliário.
- **Risco de Spread:** Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

#### *Análise de sensibilidade*

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade, e os respetivos impactos no capital próprio e resultado:

Valores em milhares de euros		
<b>2012</b>		
	<b>Capital Próprio</b>	<b>Ganhos e Perdas</b>
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	( 2.166)	158
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	2. 278	( 45)
Valorização de 10% no valor de mercado de acções	146	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de acções	( 146)	-
<b>2011</b>		
	<b>Capital Próprio</b>	<b>Ganhos e Perdas</b>
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	( 1.321)	286
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	1. 321	( 286)
Valorização de 10% no valor de mercado de acções	91	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de acções	( 91)	-

## 2) Risco de uso de produtos derivados e similares

A gestão do risco de produtos derivados está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na Política Financeira encontram-se identificados os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade de a Comissão Executiva aprovar qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

Contudo a Companhia durante o ano de 2012 não se encontrou exposta ao risco de produtos derivados e similares, dado que não utilizou instrumentos derivados.

## 3) Risco ALM

Não relevante para a atividade Não Vida.

### **D. Risco de Crédito**

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, ou seja, traduz-se na maior ou menor capacidade dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores

a que a Companhia se encontra exposta, não conseguirem efetuar o cumprimento das suas obrigações, devido a alterações da sua situação creditícia.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, clientes e resseguro (risco de contraparte). A gestão do risco de crédito está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A Companhia continua a praticar as medidas de mitigação de risco mencionadas em anos anteriores, nomeadamente:

- Clientes: Devido à configuração específica da atividade, bancassurances, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de crédito
- Resseguro: Ao nível do resseguro o risco de crédito é mitigado pelo estabelecimento de contratos nesta matéria, essencialmente com os líderes mundiais, existindo uma seleção de Resseguradores de acordo com níveis mínimos de *rating*, efetuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução.
- Investimentos: As regras definidas na política financeira da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação, limites setoriais e o *rating* das entidades envolvidas (em vigor neste momento: o pior *rating* entre as três mais conhecidas empresas de notações).

Relativamente ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é analisado como segue:

	2012					
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	7.822.529	1.000
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	8.377.978	13.464.048	29.363.449	10.728.729	14.559.554	5.630.219
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	12.367.540	-
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	70.578	-	-	-	2.727.937
<b>Total</b>	<b>8.377.978</b>	<b>13.534.626</b>	<b>29.363.449</b>	<b>10.728.729</b>	<b>34.749.623</b>	<b>8.359.156</b>

	2011					
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	1.210.063	1.000
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	20.328.877	2.101.743	21.315.627	15.115.417	11.255.336	908.089
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	9.890.768	10.036.428
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	46.733	74.167	888.571	-	517.907	746.371
<b>Total</b>	<b>20.375.610</b>	<b>2.175.910</b>	<b>22.204.198</b>	<b>15.115.417</b>	<b>22.874.074</b>	<b>11.691.888</b>

Durante o ano de 2012, manteve-se a preocupação com as dívidas soberanas na Zona Euro. Neste sentido a Companhia deu continuidade ao acompanhamento desta situação, quer ao nível da gestão, quer ao nível do Comité Financeiro, de forma a identificar e avaliar o impacto desta crise na carteira de investimentos.

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

2012			2011		
País emissor	Valor de Balanço	Percentagem	País emissor	Valor de Balanço	Percentagem
Áustria	-	-	Áustria	1.108. 176	5,33%
França	2.134. 597	11,93%	França	4.254. 330	20,45%
USA	-	-	USA	2.732. 217	13,13%
Itália	2.105. 964	11,77%	Itália	1.999. 564	9,61%
Luxemburgo	6.291. 768	35,17%	Luxemburgo	4.993. 834	24,00%
Portugal	7.355. 488	41,12%	Portugal	5.719. 018	27,49%
Total	17.887. 817	100,00%	Total	20.807. 139	100,00%

### **E. Risco de Concentração**

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia.

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A sua mitigação, para a Companhia, consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por *rating*, por classe de ativos (*asset allocation*) e por setor.

A diversificação dos ativos financeiros por setores de atividade, como forma de mitigar a concentração do risco de crédito, pode ser analisada para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, conforme se segue:

	2012	2011
Supranacional	3.030. 513	7.726. 051
Dívida Pública	14.857. 303	15.094. 361
Financeiro	34.094. 058	26.529. 026
Indústria	3.702. 921	1.056. 077
Comércio	4.633. 198	1.334. 095
Matérias-Primas	2.664. 430	1.890. 630
Outros Serviços	4.919. 789	2.517. 727
Telecomunicações	3.179. 288	6.589. 799
Consumíveis domésticos	-	2.162. 758
Energia	9.040. 274	2.101. 954
Cuidados de Saúde	87. 613	2.175. 506
Fundos de Investimento	1.419. 749	855. 704
Tecnologia de Informação	494. 840	991. 402
	82.123. 977	71.025. 089

Considerando que os produtos que a BES Seguros comercializa se dirigirem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo BES) e atendendo ao modo como esta se encontra distribuída pelo País, entende-se que ao nível dos passivos se verifica uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

### **F. Risco de liquidez**

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas à medida que estas se vençam e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis ao alienar investimentos ou outros ativos de forma não programada.

A gestão do risco de liquidez está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A gestão da liquidez na Companhia tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A liquidez também é gerida numa ótica que permita responder de uma forma satisfatória a situações de stresse de liquidez. Assim a Companhia tem em vigor um conjunto de limites que considera importantes que sejam mantidos de forma a garantir os seus objetivos.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *gap liquidity*, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

### **G. Risco Operacional**

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a solidificação do sistema de controlo interno que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direção. Esta responsabilidade é apoiada pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, através do desenvolvimento de controlos e orientações por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objetivo de abarcar as seguintes áreas:

- Segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;
- Reconciliação e monitorização de transações;
- *Compliance* com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;
- Implementação do código de conduta; e
- Processos de “*assessment*”.

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direção de Auditoria Interna. Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direção e submetidos ao Comité de Controlo Interno, onde estão presentes a Comissão Executiva, e os responsáveis pela Direção de Auditoria Interna, e da Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance* e representantes do Grupo de cada uma destas áreas.

Os Comités existentes e diretamente relacionados com gestão de risco, controlo e *compliance*, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Informa-se que existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja organização é da responsabilidade da Direção de Gestão de Risco. O objetivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objetivo de mitigar o risco de *outsourcing*, a Companhia dispõe de um Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objetivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades consideradas essenciais ao desenvolvimento e sucesso do seu negócio.



#### **H. Risco Reputacional**

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, sendo a gestão deste risco efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment” (matrizes de gestão de risco);
- Desenvolvimento dos Planos de Continuidade de Negócio, em que a perda de reputação é um dos cenários de emergência previstos.

#### **32. Margem de solvência**

A Companhia está sujeita aos requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia, as quais são preparadas de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, em que estabeleceu a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, encontrando-se atento às alterações das condicionantes económicas, bem como às características de risco da Companhia. Os requisitos de Capital da Companhia são acompanhados mensalmente e avaliados em função do capital previsto disponível. O processo é em última análise, sujeito à aprovação pela Comissão Executiva da Companhia.

A Companhia no exercício em análise apresentou uma margem de solvência em consonância com as regras estabelecidas, não tendo sido efetuada quaisquer alterações ao Capital Social, objetivos, políticas e procedimentos face ao ano anterior.



Apresenta-se um breve resumo da margem de solvência exigida:

	<b>2012(*)</b>	<b>2011</b>
Capital social realizado	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	1.867.010	(5.968.218)
Reserva por impostos diferidos	(541.433)	1.730.783
Reserva legal	4.404.971	3.580.648
Resultados transitados	2.615.437	1.936.439
Resultado líquido do exercício	6.831.092	4.621.109
Distribuição de dividendos	(6.831.000)	(3.480.000)
Imobilizações incorpóreas líquidas	(1.941.936)	(1.853.598)
<b>Valor de balanço (1)</b>	<b>21.404.141</b>	<b>15.567.163</b>
Pelo método dos prémios	12.822.016	12.963.441
Pelo método dos sinistros	11.540.752	11.441.202
Pelo resultado limite	11.966.256	11.955.143
<b>Montante da margem de solvência a constituir (2)</b>	<b>12.822.016</b>	<b>12.963.441</b>
<b>Montante do fundo de garantia a constituir</b>	<b>4.274.005</b>	<b>4.321.147</b>
<b>Excesso / insuficiência margem solvência = (1) - (2)</b>	<b>8.582.125</b>	<b>2.603.722</b>
<b>Taxa cobertura margem solvência = (1) / (2)</b>	<b>166,9%</b>	<b>120,1%</b>

(\*) elementos previsionais, considerando a distribuição proposta pelo Conselho de Administração

### 33. Transações entre partes relacionadas

#### Operações Intra-Grupo

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da atividade da Companhia.

		31-12-2012				31-12-2011			
		ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
<b>Banco Espírito Santo, S.A.</b>	1-2	<b>17.883.369</b>	<b>2.021.192</b>	<b>6.494.925</b>	<b>430.022</b>	<b>28.821.971</b>	<b>94.964</b>	<b>1.043.696</b>	<b>365.888</b>
Ativos financeiros		17.883.369	-	-	-	28.821.971	-	-	365.888
Prestação de serviços		-	2.021.192	6.494.925	430.022	-	94.964	1.043.696	-
<b>Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.</b>		-	<b>13.799</b>	<b>80.396</b>	-	-	<b>30.777</b>	<b>33.801</b>	-
Prestação de serviços		-	13.799	80.396	-	-	30.777	33.801	-
<b>ESAF - Fundo de Pensões, S.G.F.P., S.A.</b>		-	-	-	-	-	<b>219.520</b>	-	-
Prestação de serviços		-	-	-	-	-	219.520	-	-
<b>Fundo Pensões</b>		-	<b>405.993</b>	<b>43.029</b>	-	-	-	<b>26.113</b>	-
Comparticipações fundo pensões		-	405.993	43.029	-	-	-	26.113	-
<b>ESEGUR, S.A.</b>		-	-	<b>2.646</b>	-	-	-	<b>2.496</b>	-
Prestação de serviços		-	-	2.646	-	-	-	2.496	-
<b>ES Contact Center, S.A.</b>		<b>40.136</b>	-	-	-	<b>52.378</b>	<b>32</b>	-	-
Prestação de serviços		40.136	-	-	-	52.378	32	-	-
<b>SGL Multipessoal, S.A.</b>		-	<b>2.426</b>	<b>29.445</b>	-	-	<b>4.852</b>	<b>31.464</b>	-
Prestação de serviços		-	2.426	29.445	-	-	4.852	31.464	-
<b>Espírito Santo Financial Group</b>	2	<b>943.592</b>	-	-	<b>68.938</b>	<b>577.573</b>	-	-	<b>68.750</b>
Ativos financeiros		943.592	-	-	68.938	577.573	-	-	68.750
<b>Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.</b>	1-2	<b>106.552</b>	<b>1.532</b>	<b>4.684</b>	-	<b>67.762</b>	<b>991</b>	<b>2.271</b>	-
Ativos financeiros		106.552	-	-	-	67.762	-	-	-
Prestação de serviços		-	1.532	4.684	-	-	991	2.271	-
<b>Europ Assistance - Serviços Assistência</b>	5	-	<b>18.000</b>	<b>37.188</b>	-	-	-	<b>16.974</b>	-
Prestação de serviços		-	18.000	37.188	-	-	-	16.974	-
<b>CREDIT AGRICOLE ASSURANCES, S.A.</b>		-	-	<b>28.561</b>	-	-	-	<b>32.298</b>	-
Prestação de serviços		-	-	28.561	-	-	-	32.298	-
<b>CREDIT AGRICOLE SA</b>		<b>10.108.699</b>	-	-	<b>497.610</b>	<b>10.681.811</b>	-	-	<b>524.801</b>
Ativos financeiros		10.108.699	-	-	497.610	10.681.811	-	-	524.801
<b>Europ Assistance</b>	4	-	<b>266.924</b>	-	<b>2.960.399</b>	-	<b>246.705</b>	-	<b>2.862.699</b>
Prestação de serviços		-	266.924	-	2.960.399	-	246.705	-	-
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		-	-	-	-	-	-	-	2.862.699
<b>BES-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.</b>	2-3	-	<b>58.734</b>	<b>378.147</b>	<b>134.282</b>	<b>10.036.428</b>	<b>46.380</b>	<b>368.084</b>	<b>352.288</b>
Ativos financeiros		-	-	-	-	10.036.428	-	-	352.288
Prestação de serviços		-	58.734	378.147	134.282	-	46.380	368.084	-
<b>BES Açores</b>	1-2	<b>3.885.605</b>	<b>35.677</b>	<b>108.102</b>	<b>107.507</b>	<b>4.107.784</b>	<b>109.400</b>	<b>35.672</b>	<b>107.058</b>
Ativos financeiros		3.885.605	-	-	-	4.107.784	-	-	107.058
Prestação de serviços		-	35.677	108.102	107.507	-	109.400	35.672	-
<b>AdvanceCare, S.A.</b>	5	-	<b>1.107.220</b>	<b>3.806.831</b>	-	-	<b>591.805</b>	<b>3.915.308</b>	-
Prestação de serviços		-	1.107.220	3.806.831	-	-	591.805	3.915.308	-
<b>Esumédica, S.A.</b>		-	<b>1.524</b>	<b>3.807</b>	-	-	<b>717</b>	<b>3.807</b>	-
Prestação de serviços		-	1.524	3.807	-	-	717	3.807	-
		<b>32.967.953</b>	<b>3.933.021</b>	<b>11.017.760</b>	<b>4.198.758</b>	<b>54.345.707</b>	<b>1.346.144</b>	<b>5.511.984</b>	<b>4.281.484</b>

A natureza do relacionamento entre a BES Seguros e as entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de:

(1\*) Comercialização de seguros;

(2\*) Investimentos em títulos de dívida;

(3\*) Empréstimos concedidos e arrendamento;

(4\*) Resseguro;

(5\*) Gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença.

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus Acionistas.

#### **34. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias**

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

##### **IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)**

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens suscetíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não suscetíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

*As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.*

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

##### **IFRS 7 (Emenda) Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros**

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

*As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.*

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

##### **IFRS 13 Mensuração do justo valor**

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.

*Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospectiva.*

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **IAS 12 Impostos sobre o rendimento**

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.

*De acordo com o endosso, esta Norma é aplicada para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2012) e IAS 28 (revista em 2012). A aplicação é retrospectiva.*

Da aplicação destas alterações à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)**

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas atuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

*As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.*

Da aplicação destas alterações à Norma são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras ao nível das divulgações.

### **IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)**

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

*Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.*

Da aplicação desta clarificação à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Ainda não endossadas pela UE:

### **IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros)**

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor com as respetivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas).

## Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

*Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.* Da aplicação desta Norma são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras que ainda não foram quantificados.

## **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2012**

*Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2012, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:*

### **IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras**

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

### **IAS 32 Instrumentos financeiros**

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a Acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

### **IAS 34 Relato financeiro intercalar**

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de ativos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.

De acordo com esta emenda, o total de ativos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.

*As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.*

Da aplicação das melhorias às Normas não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **35. Eventos subsequentes**

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2013

**O Técnico Oficial de Contas**

**O Conselho de Administração**

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de BES, Companhia de Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de activo de 120.242.607 Euros e um total de capital próprio de 30.177.077 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.831.092 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de BES, Companhia de Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal e respectivas alterações subsequentes.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de Março de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

# **BES – Companhia de Seguros, SA**

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

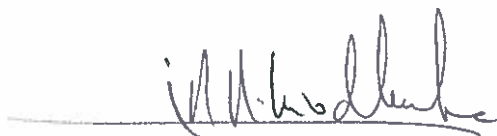
Exmos. Senhores Accionistas

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal da BES, Companhia de Seguros, SA examinou o relatório de gestão, o balanço, a conta de ganhos e perdas, e as respectivas notas anexas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e consequentemente vem submeter à vossa apreciação o seu relatório e parecer.
2. Este Conselho Fiscal foi nomeado para exercer as funções de fiscalização para o triénio 2012 a 2014.
3. No decurso do ano económico acompanhámos, com assiduidade, o desenvolvimento da actividade da companhia e a sua gestão, tendo recebido do Conselho de Administração e dos vários departamentos todos os esclarecimentos e apoios julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções.
4. Acompanhámos, ainda, com particular interesse e detalhe os desenvolvimentos dos procedimentos adoptados pela companhia, nomeadamente, nas áreas da gestão do risco, do sistema de controlo interno, do compliance e da infra estrutura informática.
5. Efectuámos reuniões regulares com os responsáveis dos principais departamentos e pudemos constatar que a companhia continua a adoptar uma política de utilização racional dos seus recursos, de rigoroso controlo de custos alicerçado num crescente progresso da actividade operacional.



6. No âmbito das nossas atribuições acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte, apreciamos as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados que foram objecto de trabalho efectuado pelo revisor oficial de contas, com quem reunimos e que nos apresentou a certificação legal das contas, emitida sem reservas e sem ênfases, documento com o qual concordamos.
7. Apreciamos o relatório do conselho de administração que foi elaborado em conformidade com as disposições legais, complementa as demonstrações financeiras e põe em relevo os aspectos de maior importância da sua gestão.
8. Tendo em consideração o relatório exposto, somos de parecer:
- 1º - Que sejam aprovados o relatório do conselho de administração e as contas, tal como estão apresentadas, referentes ao exercício de 2012;
- 2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido do período;
- 3º - Que seja aprovado um voto de confiança ao conselho de administração pela forma criteriosa e eficaz como conduziu os negócios da BES, Companhia de Seguros.

Lisboa, 15 de Março de 2013



Presidente: José Maria Ribeiro da Cunha



Vogal: Olivier Sperat-Czar

Vogal: Jacques dos Santos